



ESTADO DE GOIÁS  
PODER LEGISLATIVO

Câmara Municipal de Araguaína

CGC(MF) 02773216/0001-15 - MAT. INPS 08.021.10024-03

F1.01

AUTÓGRAFO DE LEI N° 761

- De 20 de Dezembro de 1.985.

"DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE ARAGUAÍNA E ADOTA PROVIDÊNCIAS CORRELATAS."

A CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUAÍNA, Aprova e eu, Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei:

#### DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º - Esta Lei institui o Código Tributário do Município, obedecidos os mandamentos oriundos da Constituição Federal, do Código Tributário Nacional, de demais Leis Complementares, das resoluções do Senado Federal e da Legislação estadual nos limites de sua respectiva competência.

#### LIVRO PRIMEIRO PARTE ESPECIAL - TRIBUTOS

Art. 2º - Ficam instituídos os seguintes tributos:

##### I - IMPOSTOS:

- a. Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana;
- b. Imposto sobre Serviços de qualquer Natureza.

##### II - TAXAS:

- a. Taxa de Serviços Públicos;
- b. Taxa de Licença.

##### III - CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

#### TÍTULO I DOS IMPOSTOS

#### CAPÍTULO I



ESTADO DE GOIÁS  
PODER LEGISLATIVO

Câmara Municipal de Araguaina

CGC(MF) 02773216/0001-15 - MAT. INPS 08.021.10024-03

Fl. 02

## DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA

### Seção I HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA

Art. 3º - A hipótese de incidência do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana é a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel, por natureza ou ação física, localizado na zona urbana do município.

Parágrafo único - O fato gerador do Imposto ocorre anualmente, no dia primeiro de janeiro.

Art. 4º - Para os efeitos deste Imposto, considera-se zona urbana a definida e delimitada em lei municipal onde existe, pelo menos dois dos seguintes melhoramentos, construídos ou mantidos pelo Poder Público:

- I - meio fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais;
- II - abastecimento de água;
- III - sistema de esgotos sanitários;
- IV - rede de iluminação pública, com ou sem posteamento para a distribuição domiciliar;
- V - escola primária ou posto de saúde a uma distância máxima de 3 (três) quilômetros do imóvel considerado.

§ 1º - Consideram-se também zona urbana as áreas urbanizáveis da expansão urbana, definidas e delimitadas em Lei municipal, constantes de loteamentos aprovados pelos órgãos competentes e destinados a habitação, indústria ou comércio localizados fora da zona acima referida.

§ 2º - O Imposto Predial e Territorial Urbana incide sobre o imóvel que, localizado fora da zona urbana, seja comprovadamente utilizado como sítio de recreio e no qual a eventual produção não se destine a comércio.

§ 3º - O Imposto Predial e Territorial Urbana não incide sobre o imóvel que, localizado dentro da zona urbana, se



ESTADO DE GOIÁS  
PODER LEGISLATIVO

Câmara Municipal de Araguaina

CGC(MF) 02773216/0001-15 - MAT. INPS 08.021.10024-03

Fl. 03

ja comprovadamente utilizado em exploração extrativo-vegetal, agrocola, pecuária ou agro-industrial, independentemente de sua área.

Art. 5º - O bem imóvel, para os efeitos deste Imposto será classificado como terreno ou prédio.

§ 1º - Considera-se terreno o bem imóvel:

- a. sem edificação;
- b. em que houver construção paralisada ou em andamento;
- c. em que houver edificação interditada condenada, em reuina ou em demolição;
- d. cuja construção seja de natureza temporária ou provisória, ou possa ser removida sem destruição, alteração ou modificação.

§ 2º - Considera-se prédio o bem imóvel no qual existe edificação utilizável para habitação ou para exercício de qualquer atividade, seja qual for a sua denominação, forma ou destino, desde que não compreendida nas situações do parágrafo anterior.

Art. 6º - A incidência do Imposto independe:

- I - da legitimidade dos títulos de aquisição da propriedade, do domínio útil ou da posse do bem imóvel;
- II - do resultado financeiro da exploração econômica do bem imóvel;
- III - do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas relativas ao bem imóvel.

SEÇÃO II  
SUJEITO PASSIVO

Art. 7º - Contribuinte do Imposto é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título do bem imóvel.

§ 2º - Nonhecidos o proprietário ou o titular do domínio útil e o possuidor, para efeito de determinação do sujeito passivo, dar-se-á preferência àqueles e não a este; dentre



ESTADO DE GOIÁS  
PODER LEGISLATIVO

Câmara Municipal de Araguaina

CGC(MF) 02773216/0001-15 - MAT. INPS 08.021.10024-03

F1.04

aqueles tomar-se-á o titular do domínio útil.

§ 2º - Na impossibilidade de eleição do proprietário ou titular do domínio útil devido ao fato de o mesmo ser imune ao Imposto, dele estar isento, ser desconhecido ou não localizado, será considerado sujeito passivo aquele que estiver na posse do imóvel.

§ 3º - O promitente comprador imitido na posse, os titulares de direito real sobre imóvel alheio e o fideicomissário serão considerados sujeitos passivos da obrigação tributária.

Art. 8º - Quando o adquirente de posse, domínio útil ou propriedade de bem imóvel já lançado for pessoa imune ou isenta, vencerão antecipadamente as prestações vincendas relativas ao Imposto, respondendo por elas o alienante, ressalvado o disposto no item V do art. 17.

### Seção III BASE DE CALCULO E ALIQUOTA

Art. 9º - A base de cálculo do Imposto é o valor venal do bem imóvel.

Art. 10 - O valor venal do bem imóvel será conhecido:

I - tratando-se de prédio, pela multiplicação do valor de metro quadrado de cada tipo de edificação, aplicados os fatores corretivos dos componentes da construção, pela metragem da construção, somando o resultado ao valor do terreno, observada a tabela de valores de construção, que será instituída por Decreto na regulamentação do CTM.

II - tratando-se de terreno, levando-se em consideração as suas medidas, aplicados os fatores corretivos, observada a tabela de valores de terreno, que será instituída por Decreto, na regulamentação do CTM.



ESTADO DE GOIÁS  
PODER LEGISLATIVO

Câmara Municipal de Araguaina

CGC(MF) 02773216/0001-18 - MAT. INPS 08.021.10024-03

F1.05

§ 1º - Toda gleba terá seu valor reduzido em até 20% (vinte por cento) de acordo com sua área, conforme regulamento.

§ 2º - Entende-se por gleba, para os efeitos dos §1º a porção de terra continua com mais de 2.000m<sup>2</sup> (dois mil metros quadrados) situada em zona urbanizável ou de expansão urbana do município.

§ 3º - Quando num mesmo terreno houver mais de uma unidade autônoma edificada, será calculada a fração ideal do terreno, conforme regulamento.

Art. 11 - Sera atualizado, anualmente, antes da ocorrência do fato gerador, o valor venal dos imóveis levando-se em conta os equipamentos urbanos e melhorias decorrentes de obras públicas recebidos pela área onde se localizem bem como os preços correntes no mercado.

Parágrafo único - Quando não forem objeto da atualização prevista neste artigo, os valores venais dos imóveis serão atualizados, pelo Poder Executivo, com base na variação das ORTN.

Art. 12 - Na cálcula do Imposto, a alíquota a ser aplicada sobre o valor venal do imóvel será de:

I - 1% (um por cento) tratando-se de terreno;

II - 0,5% (zero, cinco por cento) tratando-se de prédio.

Seção IV  
LANÇAMENTO

Art. 13 - O lançamento do Imposto, a ser feito pela autoridade administrativa, será anual e distinto, uma para cada imóvel ou unidade imobiliária independente, ainda que contíguo, levando-se em conta sua situação à época da ocorrência do fato gerador, e reger-se-à pela lei então vigente ainda que anteriormente modificada ou revogada.

Parágrafo único - O lançamento será procedido na hipótese de condomínio:



ESTADO DE GOIÁS  
PODER LEGISLATIVO

Câmara Municipal de Araguaina

CGC(MF) 02773216/0001-15 - MAT. INPS 08.021.10024-03

F1.06

a. quando "pro-móndiviso", em nome de qualquer um dos co-proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores;

b. quando "pro-diviso", em nome do proprietário do titular do domínio útil ou do possuidor da unidade autônoma.

Art. 14 - Na impossibilidade de obtenção dos dados exata'sobre o bem imóvel ou dos elementos necessários à fixação da base de cálculo do Imposto, o valor venal do imóvel será arbitrado e o tributo lançado com base nos elementos de que dispuser a administração.

Art. 15 - O lançamento do Imposto não implica em reconhecimento da legitimidade da propriedade, do domínio útil ou da posse do bem imóvel.

SEÇÃO V  
ARRECADAÇÃO

Art. 16 - O imposto será pago de uma vez ou parceladamente, na forma e prazos definidos em regulamento.

§ 1º - O contribuinte que optar pelo pagamento em conta única gozará do desconto de 20% (vinte por cento).

§ 2º - O pagamento das parcelas vencidas só poderá ser efetuado após o pagamento das parcelas após o pagamento das parcelas vencidas,

SEÇÃO VI  
ISENÇÕES

Art. 17º - Fica isento do Imposto o bem imóvel:

I - Pertencente a particular, quanto à fração cedida gratuitamente para uso da União dos Estados, do Distrito Federal, do Município ou de suas autarquias;

II - Pertencente a agrimariação licenciada, quando utilizado efetiva e habitualmente no exercício de suas atividades sociais;

III - Pertencente ou cedido gratuitamente a sociedade ou instituição sem fins lucrativos que se destine a congregar classes patronais ou trabalhadoras, com a finalidade de reali-



ESTADO DE GOIÁS  
PODER LEGISLATIVO

Câmara Municipal de Araguaína

CGC(MF) 02773216/0001-15 - MAT. INPS 08.021.10024-03

Fls.07

zar sua união representação defesa elevação de seu nível físico, re-  
creativo, religiosas.

IV - Pertencente à sociedade civil sem fins lucrativos e destinado ao exercício de atividades culturais, recreativas, esportivas, esportivas, religiosas.

V - Declaração de utilidade público para fins de desapropriação, a partir da parcela correspondente ao período de arrecadação do Imposto em que ocorrer a imissão de posse ou a ocupação efetiva pelo poder desapropriante;

VI - Cujo valor do Imposto não ultrapasse a 10% (dez por cento) do valor de referência definido para o cálculo das taxas para imóvel habilitado e não locado.

Art. 18º - Todos os imóveis, inclusive os que gozarem de imunidade ou isenção, situados na zona urbana do Município como definida neste Código, deverão ser inscritos pelo contribuinte ou responsável no Cadastro Imobiliário.

Art. 19º - Em se tratando de imóvel pertencente ao poder público, a inscrição será feita, de ofício, pela autoridade responsável pela ação competente.

Art. 20º - A inscrição dos imóveis, que se encontrarem nas situações previstas no parágrafo único do artigo 13, será feita pelo inventariante, síndico ou liquidante conforme o caso.

Art. 21º - A fim de efetivar a inscrição no Cadastro Imobiliário é o responsável obrigado a comparecer aos órgãos competentes da Prefeitura, munido de título de propriedade ou compromisso de compra e venda, para as necessárias anotações..

Parágrafo Único - A inscrição deverá ser efetuada no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data da escritura definitiva ou da promessa de compra e venda do imóvel.

Art. 22º - Em caso de litígio sobre o domínio do imóvel, a ficha de inscrição mencionará tal circunstância do imóvel, a natureza do feito, o juízo e cartório por onde corre a ação.



ESTADO DE GOIÁS  
PODER LEGISLATIVO

Fl. 08

**Câmara Municipal de Araguaina**

CGC(MF) 02773216/0001-15 - MAT. INPS 08.021.10024-03

Parágrafo Único- Incluem-se, também, na situação prevista neste artigo, o espólio, a massa falida e as sociedades em liquidação.

Art. 23- Em se tratando da área loteada ou remanejada, cujo loteamento ou remanejamento houver sido licenciado pela Prefeitura, fica o responsável obrigado, além da apresentação do título de propriedade, a entregar ao Órgão cadastrador uma planta completa, em escala que permita a anotação dos desdobramentos, logradouros, das quadras e dos lotes, área total, áreas cedidas ao patrimônio Municipal, as áreas compromissadas e as áreas licenciadas.

Art. 24- Deverão ser obrigatoriamente comunicados ao órgão cadastrador, no prazo de 30 (trinta) dias, todas as ocorrências verificadas em relação ao imóvel, que possam afetar a base de cálculo e a identificação do sujeito passivo da obrigação tributária.

Art. 25- Os Cartórios ficam obrigados a exigir, sob pena de responsabilidade na forma do artigo 134, inciso IV, do Código Tributário Nacional, certidão negativa de tributos municipais, certidão de aprovação de loteamento, de cadastramento, de remanefamento de área, para efeito da lavratura do instrumento de transferência ou venda do imóvel, bem como enviar à Secretaria de Finanças, relação mensal das escrituras de imóveis em geral.

Parágrafo Único - A relação de que trata este artigo deverá ser remetida até o 10º (décimo) dia do mês seguinte ao evento.



ESTADO DE GOIÁS  
PODER LEGISLATIVO

Câmara Municipal de Araguaina

CGC(MF) 02773216/0001-18 - MAT. INPS 08.021.10024-03

R\$1.00

CAPITULO II  
DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA  
SEÇÃO I  
HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA

Art. 26º - A hipótese de incidência do Imposto sobre Serviço de qualquer natureza é a prestação de serviço constante da lista do Art. 28, por empresa ou profissional autônomo.

Parágrafo único - A hipótese de incidência do Imposto se configura independentemente:

- a. da existência de estabelecimento fixo;
- b. do resultado financeiro do exercício da atividade;
- c. do cumprimento de qualquer existência legal ou regulamentar, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- d. do Pagamento ou não do preço do Serviço no mesmo mês ou exercício.

Art. 27º - Para efeito de incidência do Imposto considera-se local da prestação do serviço;

I - O do estabelecimento prestador;

II - O local da obra no caso de construção civil,

Art. 28º - Sujeitam-se ao Imposto os serviços de:

- 1 . médicos dentistas e veterinários;
- 2 . enfermeiros, protéticos (protese dentária), obstetras ortópticos fonoaudiólogos, psicólogos;
- 3 . laboratórios de análise clínica e eletrocardiograma;



ESTADO DE GOIÁS  
PODER LEGISLATIVO

Câmara Municipal de Araguaína

CGC(MF) 02773216/0001-15 - MAT. INPS 08.021.10024-03

F1.10

4 . Hospitais, sanatórios, ambulatórios pronto-socorro, bancos de sangue, casas de saúde, casas de recuperação ou repouso sob orientação médica;

5 . Advogados ou provisionados;

6 . Agentes da propriedade industrial;

7 . Agentes da propriedade artística ou literária;

8 . perito e avaliadores;

9 . Tradutores e intérpretes

10 . despachantes;

11 . economistas;

12 . contadores, auditores, guarda-livros e técnicos em contabilidade;

13 . Organização, programação, planejamento, assessoria, processamento de dados, consultoria técnica, financeira ou administrativa (exceto os serviços de assistência técnica prestados à terceiros e concernente a ramo de indústria ou comércio explorado pelo prestador de serviço).

14 . datilografia, estenografia, secretaria, expediente;

15 . Administração de bens ou negócios, inclusive consórcios ou fundos mútuos para aquisição de bens (não abrangidos os serviços executados por instituições financeiras);

16 . Recrutamento, colocação ou fornecimento de mão-de-obra, inclusive por empregados do prestador de serviços ou por trabalhadores avulsos por ele contratados;

17 . engenheiros, arquitetos, urbanistas;

18 . Projetistas, calculistas, desenhistas técnicos;



ESTADO DE GOIÁS  
PODER LEGISLATIVO

Fl. 11

Câmara Municipal de Araguaina

CGC(MF) 02773216/0001-15 - MAT. INPS 08.021.10024-03

19. execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de construção civil, de obras hidráulicas e outras' obras semelhantes, inclusive serviços auxiliares e complementares (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços que fica sujeito ao ICM);
20. demolição, conservação e reparação de edifícios (inclusive elevadores neles instalados), estradas, pontes e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICM);
21. limpeza de imóveis;
22. raspagem e lustração de assoalhos;
23. desinfecção e higienização;
24. lustração de bens móveis (quando o serviço for prestado o usuário final do objeto lustrado);
25. barbeiros, cabeleireiros, manicures, pedicures, tratamento de pelo e outros serviços de salões de beleza;
26. banhos, duchas, massagens, ginástica e congêneres;
27. transporte e comunicações, de natureza estritamente municipal;
28. diversões públicas;
  - a. teatros, cinemas, circos, auditórios, parques de diversões, "taxi-dancings" e congêneres;
  - b. exposições com cobrança de ingresso;
  - c. bilhares, boliches e outros jogos permitidos;
  - d. bailes, "shows", festivais, recitais e congêneres.



ESTADO DE GOIÁS  
PODER LEGISLATIVO

Câmara Municipal de Araguaina

F1.12

CGC(MF) 02773216/0001-18 - MAT. INPS 08.021.10024-03

e - Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem participação do espectador, inclusive as realizadas em auditórios de estações de rádio ou televisão;

f - execução de música, individualmente ou por conjuntos;

g - fornecimento de música mediante transmissão por qualquer processo.

29 - Organização de festas: "buffet" (exceto o fornecimento de alimentos e bebidas, que fica sujeito ao ICM);

30 - Agência de turismo, passeios e excursões, guias de turismo;

31 - Intermediação, inclusive corretagem, de bens móveis ou imóveis, exceto os serviços mencionados nos itens 58 a 59;

32 - Agenciamento e representação de qualquer natureza, não incluídos no item anterior e nos itens 58 e 59;

33 - Análises técnicas;

34 - organização de feiras de amostras, congressos e congêneres;

35 - Propaganda e publicidade, inclusive planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade; elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários, divulgação de textos, desenhos e outros materiais de publicidade, por qualquer meio;

36 - Armazéns gerais, armazém frigoríficos e silos; "carga, descarga, arrumação e guarda de bens inclusive guarda-móveis e serviços correlatos;

37 - Depósitos de qualquer natureza (exceto depósitos feitos em bancos ou outras instituições financeiras);

38 - Guarda e estacionamento de veículos;

39 - Hospedagem em hotéis, pensões e congêneres ( O va



ESTADO DE GOIÁS  
PODER LEGISLATIVO

Fl. 13

Câmara Municipal de Araguaina

CGC(MF) 02773216/0001-15 - MAT. INPS 08.021.10024-03

- lor da alimentação, quando incluído no preço da diária ou mensalidade, fica sujeito ao Imposto sobre Serviços);
40. lubrificação, limpeza e revisão de máquinas, aparelhos e equipamentos (quando a revisão implicar em conserto ou substituição de peças, aplica-se o disposto no item 41);
41. conserto e restauração de quaisquer objetos (exclusive, em qualquer caso, o fornecimento de peças e partes de máquinas e aparelhos, cujo valor fica sujeito ao ICM);
42. recondicionamento de motores (o valor das peças fornecidas pelo prestador do serviço fica sujeito ao ICM);
43. pintura (exceto os serviços relacionados com imóveis) de objetos não destinados a comercialização ou industrialização;
44. ensino de qualquer grau ou natureza;
45. alfaiates, modistas, costureiras, prestados ao usuário final, quando o material, salvo o de vestuário, seja fornecido pelo usuário;
46. tinturaria e lavanderia;
47. beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, acondicionamento e operações similares, de objetos não destinados a comercialização ou industrialização
48. instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, prestados ao usuário final do serviço, exclusivamente com material por ele fornecido (excetua-se a prestação do serviço ao poder público, a autárquias, a empresas concessionárias de produção de energia elétrica);
49. colocação de tapetes e cortinas com material fornecido pelo usuário final do serviço;
50. estúdios fotográficos e cinematográficos, inclusive revelação, ampliação cópia e reprodução;
- estu



## Câmara Municipal de Araguaina

CGC(MF) 02773216/0001-15 - MAT. INPS 08.021.10024-03

dios de gravação de "video-tapes" para televisão; estúdios fonográficos e de gravação de sons ou ruidos, inclusive dublagem e "mixagem" sonora;

51. cópia de documentos e outros papéis, plantas e desenhos, por qualquer processo não incluído no item anterior;
52. locação de bens móveis;
53. composição gráfica, clicheria, zincografia, litografia e fotolitografia;
54. guarda, tratamento e amestramento de animais;
55. florestamento e reflorestamento;
56. paisagismo e decoração (exceto o material fornecido para execução, que fica sujeito ao ICM);
57. recauchutagem ou regeneração de pneumáticos;
58. agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos quaisquer (exceto os serviços executados por instituições financeiras, sociedades distribuidoras de títulos e valores e sociedades de corretores, regularmente autorizadas a funcionar).
59. agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio e de seguros;
60. encadernação de livros e revistas;
61. aeroftogrametria;
62. cobranças, inclusive de direitos sutorais;
63. distribuição de filmes cinematográficos e de "video-tapes";
64. distribuição e venda de bilhetes de loteria;
65. empresas funerárias;
66. taxidermista;
67. relações-públicas;

Parágrafo único- Ficam também sujeitos ao Imposto os serviços não expressos na Lista mas que, por sua natureza e característica, assemelham-se a qualquer um dos que compõem cada item, e desde que não constituam hipótese de incidência de tributos estadual ou federal.



Fl. 15

ESTADO DE GOIÁS  
PODER LEGISLATIVO

Câmara Municipal de Araguaina

CGC(MF) 02773216/0001-15 - MAT. INPS 08.021.10024-03

Art. 29- Contribuinte do Imposto é o prestador do serviço.

Parágrafo Único- Não são contribuintes os que pres-tem serviço em relação de emprego, os trabalhadores avul-sos, os diretores e membros de conselho consultivo ou fis-cal de sociedades.

Art. 30- Será responsável pela retenção e recolhi-miento do Imposto todo aquele que, mesmo incluído nos regi-mes de imunidade ou isenção, se utilizar de serviços de 'terceiros, quando:

I - o prestador do serviço for empresa e não emi-tir nota fiscal ou outro documento permitido contendo, no mínimo, seu endereço e número de inscrição no cadastro de atividades econômicas;

II - o serviço for prestado em caráter pessoal e o prestador, profissional autônomo ou sociedade de profissionais, não apresentar comprovante de inscrição no cadastro de atividades econômicas;

III - o prestador do serviço alegar e não comprovar imunidade ou isenção.

Parágrafo Único - a fonte pagadora derá ao presta-dor do serviço o comprovante da retenção a que se refere este artigo, o qual lhe servirá de comprovante de pagamen-to do Imposto.

Art. 31- A retenção na fonte será regulamentada por decreto do Executivo.



ESTADO DE GOIÁS  
PODER LEGISLATIVO

Fl. 16

Câmara Municipal de Araguaina

CGC(MF) 02773216/0001-15 - MAT. INPS 08.021.10024-03

- Art. 32- Para os efeitos deste Imposto considera-se:
- I - empresa- todo e qualquer pessoa jurídica que exercer atividade econômica de prestação de serviço;
  - II - profissional autônomo- toda e qualquer pessoa física que, habitualmente e sem subordinação jurídica ou dependência hierárquica, exercer atividade econômica de prestação de serviço;
  - III- sociedade de profissionais- sociedade civil de trabalho profissional, de caráter especializado organizada para a prestação de qualquer dos serviços relacionados nos itens 1, 2, 3, 5, 6, 11, 12, 17 da lista do art. 22, que tenha seu contrato ou ato constitutivo registrado no respectivo órgão de classe;
  - IV - trabalhador avulso- aquele que exercer atividade de caráter eventual, isto é, fortuito, casual, incerto, sem continuidade, sob dependência hierárquica mas sem vinculação empregatícia;
  - V - trabalho pessoal- aquele, material ou intelectual; executado pelo próprio prestador; pessoa física; não o desqualifica sem descharacteriza a contratação de empregados para a execução de atividades acessórias ou auxiliares não componentes da essência do serviço;
  - VI - estabelecimento prestador- local onde sejam planejados, organizados, contratados, administrados, fiscalizados ou executados os serviços, total ou parcialmente, de modo permanente ou temporário, sendo irrelevante para sua caracterização a denominação de sede, filial, agência, sucursal, escritório, loja, oficina, matriz ou quaisquer outras que venham a ser utilizadas.



**ESTADO DE GOIÁS  
PODER LEGISLATIVO**

Fl. 17

Câmara Municipal de Araguaina

CGC(MF) 02773216/0001-15 - MAT. INPS 08.021.10024-03

**SEÇÃO III**

**Art. 33** - A base de cálculo do Imposto é o preço do serviço sobre o qual será aplicada a alíquota segundo tipo de serviço prestado.

§ 1º - Quando o serviço for prestado em caráter pessoal, a alíquota será aplicada sobre o valor de referência de Araguaína, definido no Art. 197.

§ 2º - Quando os serviços a que se referem os itens I, 2, 3, 5, 6, 11, 12, e 17 da lista de serviços forem prestados por sociedade, estas ficarão sujeitas ao Imposto mediante a aplicação da alíquotas sobre o valor de referencia de Araguaina definido no art. 197, por cada profissional habilitado, seja sócio, empregado ou não, que preste serviços em nome da sociedade, embora assumindo responsabilidade pessoal.

Art. 34 - Para os efeitos de retenção na fonte, o imposto será calculado aplicando-se a alíquota sobre o preço do serviço.

Art. 35 \* Na hipótese de serviços prestados por empresas, enquadráveis e mais de um dos inteiros da lista de serviços o imposto será calculado aplicando-se a alíquota própria sobre o preço do serviço de cada atividade.

Parágrafo Único - o contribuinte deverá apresentar escrituração idônea que permite diferenciar as receitas específicas das várias atividades, sob pena de imposto ser calculado de forma mais onerosas, mediante a aplicação da alíquota mais elevada sobre a receita auferida.



ESTADO DE GOIÁS  
PODER LEGISLATIVO

Câmara Municipal de Araguaina

CGC(MF) 02773216/0001-15 - MAT. INPS 08.021.10024-03

F1.18

Imposto será calculado em relação à atividade gravada com a alíquota mais elevada.

Art. 37 - Preço do serviço é a receita bruta a ele correspondente, sem quaisquer dedução, ainda a título de subempreitada de serviços não tributados, frete, despesas tributos e outros.

§ 1º - Na prestação dos serviços a que se referem os itens 19 e 20 da lista, o Imposto será calculado sobre o preço deduzido das parcelas correspondentes:

a . Ao valor dos materiais fornecidos pelo prestador dos serviços;

b , Ao valor das subempreitadas já tributadas pelo Imposto.

§ 2º - Constituem parte integrante do preço;

a . Os calores acrescidos e os encargos de qualquer natureza;

b . Os ônus relativos à concessão de crédito ainda que cobrados em separado, na hipótese de prestação de serviços a crédito, sob qualquer modalidade.

§ 3º - Serão diminuídos do preço os valores relativos a descontos não sujeitos a condições, desde que prévia expressamente contratados.

Art. 38 - A apuração do preço será efetuada com base nos elementos em poder do sujeito passivo.

Art. 39 - Proceder-se-á ao arbitramento para a apuração do preço sempre que, fundamentalmente:

I - O contribuinte não possuir livros fiscais de utilização obrigatória ou estes não se encontarem com sua escrituração atualizada;



ESTADO DE GOIÁS  
PODER LEGISLATIVO

Fl. 19

Câmara Municipal de Araguaina

CGC(MF) 02773216/0001-15 - MAT. INPS 08.021.10024-03

- III- o contribuinte, depois de intimado, deixar de exhibir os livros fiscais de utilização obrigatória;
- III- ocorrer fraude ou sonegação de dados julgados ~~indis~~ pensáveis ao lançamento;
- IV- sejam omissos ou não mereçam fé as declarações os esclarecimentos prestados ou os documentos expedidos pelo sujeito passivo;
- V - o preço seja notoriamente inferior ao corrente no mercado ou desconhecido pela autoridade administrativa.

Art. 40- Nas hipóteses do artigo anterior o arbitrário será procedido por uma comissão municipal designada especialmente para cada caso pelo titular da Fazenda Municipal, levando-se em conta entre outros os seguintes elementos;

- I - os recolhimentos feitos em período idênticos pelo contribuinte ou por outros contribuintes que exercem a mesma atividade em condições semelhantes;
- II - os preços correntes dos serviços no mercado, em vigor na época da apuração;
- III- as condições próprias do contribuinte bem como os elementos que possam evidenciar sua situação econômico-financeira, tais como:
  - a-valor das matérias-primas, combustíveis e outros materiais consumidos ou aplicados no período.
  - b-folha de salário pagos, honorários de diretores, retiradas de sócios ou gerentes;
  - c-aluguel do imóvel e das máquinas e equipamentos utilizados, ou, quando próprios, o valor dos mesmos;



ESTADO DE GOIÁS  
PODER LEGISLATIVO

Câmara Municipal de Araguaina

CGC(MF) 02773216/0001-15 - MAT. INPS 08.021.10024-03

F1.20

d - despesas com fornecimento de água, luz, força telefona e demais encargos obrigatórios do contribuinte.

Art. 41 - As alíquotas do Imposto são fixadas na tabela do Anexo I a este Código.

Seção IV  
LANÇAMENTO

Art. 42 - O Imposto será lançado:

I - Uma Única vez, no exercício a que corresponder o tributo, quando o serviço for prestado sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte ou pelas sociedades de profissionais;

II - mensalmente, em relação ao serviço efetivamente prestado no período, quando o prestador for empresa.

Art. 43 - Os Contribuintes sujeitos ao pagamento mensal do Imposto ficam obrigados a:

I - manter escrita fiscal destinada ao registro dos serviços prestados, ainda que não tributáveis;

II - Emitir notas fiscais de serviços ou outros documentos admitidos pela Administração, por ocasião da prestação dos serviços;

§ 1º - O Poder Executivo definirá os modelos de livros, notas fiscais e demais documentos a serem obrigatoriamente utilizados pelo contribuinte e mantidos em cada um dos seus estabelecimentos ou, na falta destes em seu domicílio.

§ 2º - Os livros e documentos fiscais serão previamente formalizados, de acordo com o estabelecimento em regulamento.



ESTADO DE GOIÁS  
PODER LEGISLATIVO

Fl. 21

Câmara Municipal de Araguaina

CGC(MF) 02773216/0001-15 - MAT. INPS 08.021.10024-03

§ 3º - Os livros e documentos fiscais, que são de exibição obrigatória à fiscalização, não poderão ser retirados do estabelecimento ou do domicílio do contribuinte, salvo nos casos expressamente previstos em regulamento.

§ 4º - Sendo insatisfatórios os meios normais de fiscalização e tendo em vista a natureza do serviço prestado, o Poder Executivo poderá decretar ou a autoridade administrativa, por despacho fundamento, permitir, completamente ou em substituição, a adoção de instrumentos e documentos especiais necessários à perfeita apuração dos serviços prestados, da receita auferida e do Imposto devido.

§ 5º - Durante o prazo de cinco anos à Fazenda Pública para constituir o crédito tributário, o lançamento ficará sujeito a revisão, devendo o contribuinte manter à disposição do fisco os livros e documentos de exibição obrigatória.

Art. 44- Fica autorizado o Poder Executivo a criar ou aceitar documentação simplificada no caso de contribuintes de rudimentar organização.

Art. 45- A autoridade administrativa poderá, por ato normativo próprio, fixar o valor do Imposto por estimativa: I - quando se tratar de atividade exercida em caráter temporário;

II - quando se tratar de contribuinte de rudimentar organização;

III - quando o contribuinte não tiver condições de emitir documentos fiscais ou deixar, sistematicamente, de cumprir as obrigações acessórias previstas



ESTADO DE GOIÁS  
PODER LEGISLATIVO

Câmara Municipal de Araguaina

CGC(MF) 02773216/0001-15 - MAT. INPS 08.021.10024-03

F1.22

na legislação vigente;

IV - quando se tratar de contribuinte ou grupo de contribuinte cuja espécie, modalidade ou volume de negócios ou de atividades aconselhar, a critério exclusivo da autoridade competente, tratamento fiscal específico;

V - Quando o contribuinte reiteradamente violar o disposto na legislação tributária.

Art. 46 - O Valor do Imposto lançado por estimativa levará em consideração;

I - O tempo de duração e a natureza específica da atividade;

II - O preço corrente dos serviços;

III - O local onde se estabelece o contribuinte;

Art. 47 - A administração poderá rever os valores estimados, a qualquer tempo, reajustando as parcelas vincendas do imposto, quando se verificar que a estimativa inicial foi incorreta ou que o volume ou modalidade dos serviços se tenha alterado de forma substancial.

Art. 48 - Os contribuintes sujeitos ao regime de estimativa poderão, a critério da autoridade administrativa, ficar dispensados do uso de livros fiscais e da emissão de documentos

Art. 49 - O regime de estimativa poderá ser suspenso pela autoridade administrativa, mesmo quando não findo o exercício ou período, seja de modo geral ou individual, seja quanto categoria de estabelecimentos, grupos ou setores de atividades, quando não mais prevalecerem as condições que originaram o enquadramento.

Art. 50º - Os contribuintes abrangidos pelo regime de estimativa poderão, no prazo de 20(vinte) dias, , , , , , , , ,



ESTADO DE GOIÁS  
PODER LEGISLATIVO

F1.23

Câmara Municipal de Araguaina

CGC(MF) 02773216/0001-15 - MAT. INPS 08.021.10024-03

a contar da publicação do ato normativo, apresentar reclamação contra o valor estimado.

Art. 51 - O lançamento do Imposto não implica em reconhecimento ou regularidade do exercício de atividade ou da legalidade das condições do local, instalações equipamentos ou obras.

Art. 52 - Corrido o prazo de 05(cinco) anos contados a partir da ocorrência do fato gerador sem que a Fazenda Pública se tenha pronunciado, considera-se homologado o lançamento e definitivamente extinto o crédito, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação.

Seção V

ARRECADAÇÃO

Art. 53 - O Imposto será pago na forma e prazos regulamentares.

Parágrafo Único - Tratando-se de lançamento de ofício há que se respeitar o intervalo mínimo de 20 (vinte) dias entre o recebimento da notificação e o prazo fixado para pagamento.

Art. 54 - No recolhimento do Imposto por estimativa serão observadas as seguintes regras:

I - serão estimados o valor dos serviços tributários e do Imposto total a recolher no exercício ou parcelado o respectivo montante para recolhimento em prestações mensais;

II - findo o exercício ou o período da estimativa ou deixando o regime de ser aplicado, serão apurados os preços dos serviços e o montante do Imposto efetivamente devido pelo contribuinte, respondendo



ESTADO DE GOIÁS  
PODER LEGISLATIVO

Câmara Municipal de Araguaina

CGC(MF) 02773216/0001-15 - MAT. INPS 08.021.10024-03

F1.24

esta pela diferença verificada ou tendo direito a restituição do Imposto pago a mais;

III - qualquer diferença verificada entre o montante do imposto recolhido por estimativa e o efetivamente devido será:

a . reconhido dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contando da data do encerramento do exercício ou período considerado, independentemente de qualquer iniciativa do Poder Público, quando a este for devido;

b . restituída ou compensada, mediante requerimento do contribuinte.

Art. 55 - Sempre que o volume ou modalidade dos serviços o aconselhe e tendo em vista facilitar aos contribuintes o cumprimento de suas obrigações tributárias, a Administração poderá, requerimento do interessado e sem prejuízo para o Município, autorizar a adoção de regime especial para pagamento do Imposto.

Art. 56 - Prestado o serviço, o imposto será recolhido na forma do item II do artigo 42, independentemente de pagamento do preço ser efetuado na vista ou em prestações.

## SEÇÃO VI ISENÇÕES

Art. 57 # Respeitadas as isenções concedidas por Lei Complementar da União, ficam isentos do Imposto os serviços:

- a . prestados por engraxates ambulantes e lavadeiras;
- b . prestados por associações culturais;
- c . de diversão pública com fins benéficos ou considerados de interesses da comunidade pelo órgão de



Fl. 25

ESTADO DE GOIÁS  
PODER LEGISLATIVO

Câmara Municipal de Araguaina

CGC(MF) 02773216/0001-18 - MAT. INPS 08.021.10024-03

Educação e Cultura do Município ou órgão similar de micro-empresas, nos termos da lei municipal nº 736/85, de 12.06.85

Seção VII

INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 58- As infrações às disposições deste Capítulo serão punidas com as seguintes penalidades:

- I - multa de importância igual a 30% (trinta por cento) sobre o valor de referência definido no artigo 197, nos casos de:
- a- não comparecimento à repartição própria do Município para solicitar inscrição no cadastro de atividades econômicas ou anotações das alterações ocorridas;
  - b- inscrição ou sua alteração, comunicação de venda ou transferência de estabelecimento e encerramento ou transferência de ramo de atividade, após o prazo de 20 (vinte) dias contados da data da ocorrência do evento;
- II - multa de importância igual a 5% (cinco por cento) do valor de referência definido no art. 197 nos casos de:
- a- falta de livros fiscais;
  - b- falta de escrituração do Imposto devido;
  - c- dados incorretos na escrita fiscal ou documentos fiscais;
  - d- falta de número de inscrição no cadastro de atividades econômicas em documentos fiscais;
- III - multa de importância igual a 10 (dez por cento) do valor de referência definido no art. 197, nos casos de:



ESTADO DE GOIÁS  
PODER LEGISLATIVO

Câmara Municipal de Araguaina

CGC(MF) 02773216/0001-15 - MAT. INPS 08.021.10024-03

Fl. 26

- a . falta de declaração de dados;
- b . Erro, omissão ou falsidade na declaração de dados;

IV - Multa de importância igual a 20% (vinte por cento) do valor de referência definido, no art. 197, nos casos de:

a . falta de emissão de nota fiscal ou outro documento admitido pela Administração, até o limite de 500% (quinhentos por cento) do valor de referência, acima referido.

b . falta ou recusa de exibição de livros, notas ou documentos fiscais;

c . retirada do estabelecimento ou domicílio do proprietário de livros ou documentos fiscais, exceto nos casos previstos em regulamento;

d - sonegação de documentos para apuração do preço dos serviços;

e - embaraço ou impedimento à fiscalização

V - Multa de importância igual a 100% (cem por cento) sobre a diferença entre o valor recolhido e o valor efetivamente devido do Imposto, em caso comprovado de fraude e sem prejuízo da aplicação do disposto nos itens I e II alínea "b" do art. 106.

VI - Multa de importância igual a 50% (Cinquenta por cento sobre o valor do Imposto, caso de não retenção do Imposto devido.

VII - Multa de importância igual a 200% (duzentos por cento) sobre o valor do Imposto, no caso da falta de recolhimento da Imposto retido na fonte, sem prejuízo da aplicação do imposto nos ítems I e II alínea "b" do Art. 106.



## Câmara Municipal de Araguaina

CGC(MF) 02773216/0001-15 - MAT. INPS 08.021.10024-03

## Título II

## DAS TAXAS

## Capítulo I

## DA TAXA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

## Seção I

## HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA

Art. 59 - A hipótese de incidência da Taxa de Serviços Públicos é a utilização, efetiva ou potencial, dos serviços de coleta de lixo, iluminação pública, conservação de vias e logradouros públicos, e limpeza pública prestados pelo Município ao contribuinte ou colocados a sua disposição com a regularidade necessária.

§ 1º - Entende-se por serviço de coleta de lixo a remoção periódica de lixo gerado em imóvel edificado. Não está sujeita à Taxa a remoção especial de lixo assim entendida a retirada de entulhos, detritos industriais, galhos de árvore atc. e ainda a remoção de lixo realizado em horário especial por solicitação do interessado.

§ 2º - Entende-se por serviço de iluminação pública o fornecimento de iluminação nas vias e logradouros públicos.

§ 3º - Entende-se por serviço de conservação de vias e logradouros públicos a reparação e manutenção de ruas, estradas municipais, praças, jardins e similares, que visam manter ou melhorar as condições de utilidades desses locais, quais sejam:

- a- raspagem do leito carroçável, com o uso de ferramentas ou máquinas;
- b- conservação e reparação do calçamento;
- c- recondicionamento do meio-fio;



ESTADO DE GOIÁS  
PODER LEGISLATIVO

Câmara Municipal de Araguaina

F128

CCC(MF) 02773216/0001-15 - MAT. INPS 08.021.10024-03

D - melhoramento ou manutenção de "mata-burros", acostamento, sinalização e similares;

E - Desobstrução, aterros e reparação e serviços correlatos;

F - sustentação e fixação de encostas laterais ; remoção de barreiras;

G - fixação, poda e tratamento de árvores e plantas ornamentais e serviços correlatos;

H - manutenção de lagos e fontes.

§ 4º - Entende-se por serviços de limpeza pública os realizados em vias e logradouros públicos, que consistam em: carrição, lavagem e irrigação; limpeza e desobstrução de bueiros, bocas de lobo, galerias de águas pluviais e córregos; capinação; desinfecção de locais insalubres.

## SEÇÃO II

### SUJEITO PASSIVO

Art. 60 - Contribuinte da taxa é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor título de bem imóvel situado em local onde o município mantenha os serviços referidos no artigo anterior.

## SEÇÃO III

### BASE DE CÁLCULO E ALÍQUOTA

Art. 61 - A base de cálculo da Taxa é o custo dos serviços utilizados pelo contribuinte ou colocados à sua disposição e dimensionados, para cada caso, da seguinte forma:



ESTADO DE GOIÁS  
PODER LEGISLATIVO

Câmara Municipal de Araguaina

CGC(MF) 02773216/0001-15 - MAT. INPS 08.021.10024-03

F1.29

I - Em relação aos serviços de iluminação pública será cobrado mensalmente, por unidade imobiliária, multiplicando-se as alíquotas do quadro abaixo, pela tarifa de iluminação pública fixada pelo Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE - para 1 (um) megawatt-hora (1mwjh).

Taxa de consumo	alíquota
até 50 KM	0
De 50 a 75	0,058
De 76 a 100	0,082
De 101 a 150	0,114
De 151 a 250	0,142
De 251 a 500	0,180
De 501 a 800	0,220
De 801 acima	0,320

II - Em relação aos serviços de limpeza de vias e logradouros públicos a taxa será combinada, aplicando-se a alíquota de 0,3% (zero, três por cento) sobre o valor de referência por metro linear de testada beneficiada:

III - Em relação aos serviços de conservação de calçamento de vias e logradouros públicos, a taxa será cobrada aplicando-se a alíquota de 0,3% (zero, três por cento) sobre o valor de referência por metro linear de testada beneficiada.



Fl. 30

ESTADO DE GOIÁS  
PODER LEGISLATIVO

Câmara Municipal de Araguaina

CGC(MF) 02773216/0001-18 - MAT. INPS 08.021.10024-03

IV - em relação aos serviços de coleta de lixo, por tipo de utilização do imóvel, com aplicação das seguintes alíquotas sobre o valor de referência: por metro quadrado de área edificada:

Residência.....	0,25%VR
Comércio.....	0,35%VR
Serviços.....	0,30%VR
Industria.....	0,45%VR
Hospitais e Congêneres.....	0,50%VR
Hotéis e Motéis.....	0,75%VR
Outros.....	0,30%

Seção IV  
LANÇAMENTO

Art. 62- A taxa será lançada anualmente, em nome do contribuinte, com base nos dados do cadastro fiscal imobiliário.

Seção V  
ARRECADAÇÃO

Art. 63 - A taxa será paga de uma vez ou parceladamente, na forma e prazos regulamentares.



ESTADO DE GOIÁS  
PODER LEGISLATIVO

Câmara Municipal de Araguaina

CGC(MF) 02773216/0001-15 - MAT. INPS 08.021.10024-03

F1.31.

Parágrafo Único - O pagamento das parcelas vincendas só poderá ser efetuado após o pagamento das parcelas vencidas.

Art. 64 - Poderá o Poder Executivo celebrar Convênio com empresa concessionárias de serviços de eletricidade visando a cobrança do serviço de iluminação pública quando se tratar de imóvel edificado.

## GABITULO II DA TAXA DE LICENÇA

### SEÇÃO I HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA

Art. 65 - A hipótese de incidência da Taxa é o prévio exame de fiscalização dentro do território do Município, das condições de localização, segurança, higiene, saúde, incolumidade, bem como de respeito à ordem, aos costumes, à tranquilidade pública, à propriedade, aos direitos individuais e coletivos e à legislação urbanística a que se submete qualquer pessoa física ou jurídica que pretenda: realizar obra, veicular publicidade em vias e logradouros públicos, em locais deles visíveis ou de acesso ao público; localizar e fazer funcionar estabelecimento comercial, industrial, prestador de serviços agropecuário e outros; ocupar vias e logradouros públicos com móveis e utensílios; manter aberto estabelecimento fora dos horários normais de funcionamento; exercer qualquer atividade; ou ainda manter em funcionamento o estabelecimento previamente licenciado.

§ 1º - Estão sujeitos à previsão licença:

a . A localização e / ou funcionamento de estabelecimento;



ESTADO DE GOIÁS  
PODER LEGISLATIVO

Fl. 32

Câmara Municipal de Araguaina

CGC(MF) 02773216/0001-15 - MAT. INPS 08.021.10024-03

- b- o funcionamento de estabelecimento em horário especial;
- c- a veiculação de publicidade em geral;
- d- a execução de obras, arruamentos e loteamentos
- e- o abate de animais;
- f- a ocupação de áreas em terrenos ou vias e loteadouros públicos.

§ 2º- A licença não poderá ser concedida por período superior a um ano.

§ 3º- Em relação à localização e/ou funcionamento de estabelecimentos:

- a- haverá incidência da Taxa independentemente da concessão da licença, observado o disposto no art. 69;
- b- a licença abrange, quando do primeiro licenciado, a localização e o funcionamento e nos exercícios posteriores, apenas o funcionamento;
- c- haverá incidência de nova Taxa no mesmo exercício e será concedida, se for o caso, a respectiva licença sempre que ocorrer mudança de ramo de atividade, modificação nas características do estabelecimento ou transferência de local.

§ 4º- Em relação à execução de obras, arruamentos e loteamentos, não havendo disposição em contrário em legislação específica:

- a- a licença será cancelada se a sua execução não for iniciada dentro do prazo concedido no alvará;



ESTADO DE GOIÁS  
PODER LEGISLATIVO

Fl. 33

Câmara Municipal de Araguaina

CGC(MF) 02773216/0001-15 - MAT. INPS 08.021.10024-03

b- a licença poderá ser prorrogada, a requerimento do contribuinte, se insuficiente, para a execução do projeto, o prazo concedido no alvará.

§ 5º- Em relação ao abate de animais a Taxa só será devida quando o abate for realizado fora do matadouro municipal e onde não houver fiscalização sanitária efetuada por órgão federal ou estadual.

§ 6º- As licenças relativas às alíneas "a" e "c" do §1º serão válidas para o exercício em que forem concedidas; as relativas às alíneas "b" e "f" pelo período solicitado; a relativa à alínea "d" pelo prazo do alvará; e a relativa à alínea "e" para o número de animais que for solicitada.

§ 7º- Em relação à veiculação da publicidade:

a- a realização em jornais, revistas, rádio e televisão estará sujeita à incidência da Taxa quando o órgão de divulgação localizar-se no Município;

b- não se consideram publicidade as expressões de indicação.

§ 8º- Será considerada abandono de pedido de licença, a falta de qualquer providência da parte interessada que importe em arquivamento do processo.

## Seção II

### SUJEITO PASSIVO

Art. 66- Contribuinte da Taxa é a pessoa física ou jurídica que se enquadrar em quaisquer das condições previstas no artigo anterior.



ESTADO DE GOIÁS  
PODER LEGISLATIVO

Câmara Municipal de Araguaina

CGC(MF) 02773216/0001-15 - MAT. INPS 08.021.10024-03

F1.34

### SEÇÃO III

#### BASE DE CALCULO E ALÍQUOTA

Art. 67 - A base de cálculo da taxa é o custo da atividade de fiscalização realizada pelo município, no exercício regular de seu poder de polícia, dimensionado, para cada licença requerida ou concedida, conforme o caso, mediante a aplicação de alíquota sobre o valor de referência quantificado no art. 197, de acordo com as tabelas dos anexos II e VII a esta Lei.

§ 1º - Relativamente à localização e / ou funcionamento de estabelecimento, no caso de atividades diversas exercidas no mesmo local, sem delimitação física de espaço ocupado pelas mesmas e exploradas pelo mesmo contribuinte, a Taxa será calculada e devida sobre a atividade que estiver sujeita ao maior fiscal, acrescida de 10% (dez por cento) desse valor para uma das demais atividades.

§ 2º - Ficam sujeitos ao pagamento em dobro da Taxa os anúncios referentes a bebidas alcoólicas e cigarros, bem como os redigidos em língua estrangeira.

### SEÇÃO IV

#### LANÇAMENTO

Art. 68 - A taxa será lançada com base nos dados fornecidos pelo contribuinte, constatados no local e /ou existentes no cadastro.

§ 1º - A taxa será lançada em relação a cada licença requerida e / ou concedida.

§ 2º - O sujeito passivo é obrigado a comunicar à repartição própria do Município, dentro de 20 (vinte) dias, para fins de atualização cadastral, as seguintes ocorrências - - - - -



ESTADO DE GOIÁS  
PODER LEGISLATIVO

Fl. 35

Câmara Municipal de Araguaina  
CGC(MF) 02773216/0001-18 - MAT. INPS 08.021.10024-03

cias relativas a seu estabelecimento:

- a- alteração da razão social ou do ramo de atividade;
- b- alterações físicas do estabelecimento.

#### Seção V

##### ARRECADAÇÃO

Art. 69- A arrecadação da Taxa, no que se refere à licença para localização e/ou funcionamento de estabelecimentos, far-se-á em 25% (vinte e cinco por cento) de seu valor no ato da entrega do requerimento pelo interessado, devendo ser completado o pagamento se concedida a respectiva licença e nesse momento.

Art. 70- A arrecadação da Taxa, no que se refere às demais licenças, será feita quando de sua concessão.

Art. 71- Em caso de prorrogação da licença para execução de obras, a Taxa será devida em 50% (cinquenta por cento) de seu valor original.

Art. 72- Não será admitido o parcelamento da Taxa de Licença.

#### Seção VI

##### ISENÇÕES

Art. 73- São isentos de pagamento de Taxas de Licença:

- I - os vendedores ambulantes de jornais e revistas;
- II - os engraxates ambulantes;
- III - os vendedores de artigos de artesanato doméstico.



ESTADO DE GOIÁS  
PODER LEGISLATIVO

Câmara Municipal de Araguaina  
CGC(MF) 02773216/0001-15 - MAT. INPS 08.021.10024-03

Fl.36

- e arte popular de sua fabricação, sem auxílio de empregados;
- IV - as construções de passeios e muros;
- V - as construções provisórias destinadas a guarda de material, quando no local das obras;
- VI - as associações da classe, associações religiosas clubes esportivos, escolas primárias sem fins lucrativos, orfanatos e asilos;
- VII - os parques de diversões com entrada gratuita;
- VIII - os espetáculos circenses;
- IX - os dizeres indicativos relativos a:
- a . hospitais ,casas de saúde e congêneres, colégios, sítios, chácaras e fazendas, firmas engenheiros, arquitetos ou profissionais responsáveis pelo projeto e execução de obras, quando nos locais destas;
  - b . propaganda eleitoral, política, atividade sindical, culto religioso e atividade da administração pública.
- X - os cegos. mutilados e os incapazes permanentemente que exerçam, vias e logradouros públicos.

## SEÇÃO VII

### INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 74 - As infrações serão punidas com as seguintes penalidades:

I - multa de 50%(cinquenta por cento) do valor da Taxa no caso da não comunicação ao fisco, dentro do prazo de 20 (vinte) dias a contar da ocorrência do evento, da alteração de razão social, do ramo de,,



ESTADO DE GOIÁS  
PODER LEGISLATIVO

Câmara Municipal de Araguaina  
CGC(MF) 02773216/0001-15 - MAT. INPS 08.021.10024-03

Fl. 37

- atividade e das alterações físicas sofridas pelo estabelecimento;
- II - multa de 100% (cem por cento) do valor da taxa pelo exercício de qualquer atividade sujeita à taxa sem a respectiva licença;
- III - suspensão da licença, pelo prazo máximo de 30 (trinta) dias, nos casos de reincidência;
- IV - cassação da licença, a qualquer tempo, quando deixarem de existir as condições exigidas para a sua concessão; quando deixarem de ser cumpridas, dentro do prazo, as intimações expedidas pelo fisco ou quando a atividade for exercida de maneira a contrariar o interesse público no que diz respeito à ordem, à saúde, à segurança e aos bons costumes.

### TÍTULO III

#### DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

##### Capítulo Único

###### Seção I

###### HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA

Art. 75 - A hipótese de incidência da Contribuição de melhoria é o beneficiamento do imóveis através da realização de obra pública pelo Município.

Parágrafo Único - Para os efeitos da Contribuição de melhoria entende-se por público:

- a. abertura, construção e alargamento de vias e ladeirais públicos, inclusive estradas, pontes, viadutos, calçadas e meio-fios;



ESTADO DE GOIÁS  
PODER LEGISLATIVO

Câmara Municipal de Araguaina

CGC(MF) 02773216/0001-15 - MAT. INPS 08.021.10024-03

F1.38

- b . nivelamento, retificação, pavimentação, impermeabilização de vias e logradouros públicos;
- c . serviços gerais de urbanização, arborização e ajardinamento; aterros, construção e ampliação de parques' e campos de esportes e embelezamento em geral;
- d . instalação de sistemas de esgotos pluviais ou sanitários, de água potável de rede de energia elétrica para distribuição domiciliar ou iluminação pública, de telefonia e de suprimento de gás;
- e . proteção contra secas, inundações, ressacas, erosões , drenagens, saneamento em geral, retificação e regularização de cursos d'água, diques, cais, irrigação;
- f . construção de funiculares ou ascensores;
- g . instalação de comodidade pública;
- h . construção de aeródromos e aeroportos;
- i . quaisquer outras obras públicas de que também decorra valorização imobiliária;

Art. 76 - As obras acima poderão se enquadradas em dois programas:

I - prioritários, quando preferenciais e de iniciativa da própria administração.

III- secundárias, quando de menor interesse geral e solicitadas por pelo menos 2/3 (dois terços) dos proprietários de imóveis que venham a ser no futuro, diretamente beneficiados.



ESTADO DE GOIÁS  
PODER LEGISLATIVO  
Câmara Municipal de Araguaina  
CGC(MF) 02773216/0001-15 - MAT. INPS 08.021.10024-03

Fl. 39

Art. 77- As obras a que se refere o item II do artigo anterior só poderão ser iniciadas após ter sido prestada, pelos proprietários ali referidos, a caução fixada.

§ 1º- O órgão fazendário publicará edital estipulando a caução cabível a cada proprietário, as normas que regularão as obrigações das partes, o detalhamento do projeto, as especificações e orçamento da obra, convocando os interessados a manifestarem expressamente, sua concordância ou não com seus termos.

§ 2º- A caução será integralizada de uma só vez, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias sendo que a importância total a ser caucionada não poderá ser superior a 50% (cinquenta por cento) do orçamento previsto para a obra.

§ 3º- Não sendo prestadas todas as cauções no prazo estipulado, a obra não terá início, devolvendo-se as importâncias depositadas, sem atualização ou acréscimos

§ 4º- Realizada a obra, a caução prestada não será restituída.

§ 5º- Não estipulação do valor a ser pago a título de Contribuição de Melhoria pelos proprietários que tiverem seus imóveis valorizados pela obra, será compensado o valor das cauções pressadas.

## Seção II

### SUJEITO PASSIVO

Art. 78- O sujeito passivo da Contribuição de Melhoria é o proprietário do bem imóvel valorizado pela obra pública.



ESTADO DE GOIÁS  
PODER LEGISLATIVO

Câmara Municipal de Araguaina  
CGC(MF) 02773216/0001-15 - MAT. INPS 08.021.10024-03

F1.40

Art. 79 - Responde pelo pagamento do tributo, em relação a imóvel objeto de enfiteuse, o titular do domínio útil.

### SEÇÃO III

#### BASE DE CÁLCULO E ALÍQUOTA

Art. 80 - A base de cálculo da contribuição de melhoria é o custo total da obra pública em relação à quantidade de imóveis beneficiados, conforme regulamento.

### SEÇÃO IV

#### LANÇAMENTO

Art. 81 - Para lançamento da Contribuição de melhoria a repartição competente será obrigada a publicar previamente, em conjunto ou isoladamente, os seguintes elementos:

- I - memorial descritivo do projeto;
- II - orçamento do custo da obra;
- III - determinação da parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição;
- IV - delimitação da zona beneficiada, com a relação dos imóveis nela compreendidos;
- V - o valor a ser pago pelo proprietário;

Parágrafo único - Fica o Executivo Municipal autorizado a construir comissão municipal com a finalidade de, em função da obra, delimitar a zona de benefício, bem como constatar a real valorização de cada imóvel.

Art. 82 - Terminada a Obra, contribuinte será notificado para pagamento da contribuição.

Parágrafo Único - A notificação conterá o montante



ESTADO DE GOIÁS  
PODER LEGISLATIVO

Câmara Municipal de Araguaina

CGC(MF) 02773216/0001-15 - MAT. INPS 08.021.10024-03

Fl. 41

da contribuição, a forma e prazos de pagamento e os elementos que integram o respectivo cálculo, além dos demais elementos que lhe são próprios.

Art. 83 - A Contribuição de Melhria será em prestações mensais, conforme notificação.

§ 1º - o prazo para recolhimento em parcelas será inferior a 1 (um) ano.

§ 2º - As prestações serão atualizadas monetariamente, cada período de 12 (doze) meses, nos moldes do item I do art. 106.

§ 3º - o contribuinte poderá optar pelo pagamento do tributo em uma só vez, a época da primeira prestação, gozando do desconto de 20% (vinte por cento).

## Seção V INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 84 - o atraso no pagamento das prestações sujeitará o contribuinte à atualização monetária e as penalidades previstas no art. 106.

## Livro Segundo PARTE GERAL

### Título I DAS NORMAS GERAIS

#### CAPÍTULO I

#### DO SUJEITO PASSIVO



ESTADO DE GOIÁS  
PODER LEGISLATIVO

Fl. 42

Câmara Municipal de Araguaina

CGC(MF) 02773216/0001-15 - MAT. INPS 08.021.10024-03

Art. 85- O sujeito passivo da obrigação tributária será considerado:

I- contribuinte: quando tiver relação pessoal e direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador;

II-responsável: quando, sem revestir a condição de contribuinte, sua obrigação decorrer de disposições expressas desta Lei.



ESTADO DE GOIÁS  
PODER LEGISLATIVO

Câmara Municipal de Araguaina

CGC(MF) 02773216/0001-15 - MAT. INPS 08.021.10024-03

3

Art. 86 - São pessoalmente responsáveis:

I - o adquirente, pelos débitos relativos a bem imóvel existentes à data do título de transferência, salvo quando conste deste prova de plena quitação limitada esta responsabilidade, nos casos de arrematação em hasta pública, ao montante do respectivo preço;

II - O espólio, pelos débitos tributários do "de" CUJUS existentes à data de abertura da sucessão;

III - O sucessor a qualquer título e o cônjuge meeiro, pelos débitos tributários do "de cujus", existentes até a data da partilha ou adjudicação, limitada a responsabilidade ao montante do quinhão, do legado ou da meação.

Art. 87 - A pessoa jurídica de direito privado que resultar de fusão, transformação ou incorporação de outra ou em outra é responsável pelos tributos devidos, até a data do ato pelas pessoas jurídicas fusionadas, transformadas ou incorporadas.

Parágrafos Único - o disposto neste artigo aplicar-se aos casos de extinção de pessoas jurídicas de direito privado, quando a exploração da respectiva atividade seja continuada por qualquer sócio remanescente ou seu espólio, sob a mesma ou outra razão social, denominação ou ainda sob firma individual.

Art. 88 - A pessoa física ou jurídica de direito que adquirir de outra, por qualquer título, estabelecimento comercial, industrial ou profissional, e continuar a respectiva exploração, sob a mesma ou outra razão social, denominação ou sob firma individual, responde pelos débitos tributários relativos ao estabelecimento adquirido, devidos até a data do respectivo ato.



## Câmara Municipal de Araguaina

CGC(MF) 02773218/0001-15 - MAT. INPS 08.021.10024-03

- I- integralmente, se o alienante cessar a exploração do comércio, indústria ou atividade tributados;
- II- subsidiariamente, com o alienante, se este prosseguir na exploração ou iniciar dentro de 06 (seis) meses, contados da data da alienação, nova atividade no mesmo ou em outro ramo de comércio, indústria ou profissão.

Art. 89- Nos casos de impossibilidade de exigência do cumprimento da obrigação principal pelo contribuinte respondem solidariamente com este nos atos em que intervierem ou pelas omissões por que forem responsáveis:

- I- os pais, pelos débitos tributários dos filhos menores;
- II- os tutores e curadores, pelos débitos tributários de seus tutelados ou curatelados;
- III- os administradores de bens de terceiros, pelos débitos tributários destes;
- IV- o inventariante, pelos débitos tributários do espólio;
- V- o síndico e o comissário, pelos débitos tributários da massa falida ou do concordatário;
- VI- os tabeliões, escrivães e demais serventuários de ofício, pelos tributos devidos sobre os atos praticados por eles ou perante eles, em razão do seu ofício;
- VII- os sócios, pelos débitos tributários de sociedade de pessoas, no caso de liquidação.

Parágrafo único- Ao disposto neste artigo somente se aplicam as penalidades de caráter moratório.

Art. 90- São pessoalmente responsáveis pelos créditos correspondentes a obrigações tributárias resultantes



ESTADO DE GOIÁS  
PODER LEGISLATIVO

Câmara Municipal de Araguaina

CGC(MF) 02773216/0001-15 - MAT. INPS 08.021.10024-03

Fl. 45

de atos praticados com excesso de poder ou infração de lei, contrato social ou estatutos:

- I - as pessoas referidas no artigo anterior;
- II - os mandatários, os prepostos e empregados;
- III - os diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado.

Art. 91 - O sujeito passivo, quando convocado, fica obrigado a prestar as declarações solicitadas pela autoridade administrativa, quando esta julgá-las insuficientes ou imprecisas, poderá exigir que sejam completadas ou esclarecidas.

§ 1º - A convocação do contribuinte será feita por quaisquer dos meios previstos nesta Lei.

§ 2º - Feita a convocação do contribuinte, terá ele o prazo de 20 (vinte) dias para prestar os esclarecimentos solicitados, pessoalmente ou por via postal, sob pena de que se proceda ao lançamento de ofício, sem prejuízo da aplicação das penas lidas legais cabíveis.

CAPÍTULO II  
DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

Seção I

LANÇAMENTO

Art. 92 - O lançamento do tributo independe:

- I - da validade jurídica dos atos efetivamente praticados pelos contribuintes, responsáveis ou terceiros, bem como da natureza do seu objeto ou dos seus efeitos;
- II - dos efeitos dos fatos efetivamente ocorridos.



ESTADO DE GOIÁS  
PODER LEGISLATIVO

Câmara Municipal de Araguaina

CGC(MF) 02773216/0001-15 - MAT. INPS 08.021.10024-03

Fl. 46

Art. 93 - O Contribuinte será notificado pelo lançamento do tributo domicílio tributários, na sua pessoa, na de seu familiar, representante ou preposto.

§ 1º - Quanto o Município permitir que o contribuinte eleja domicílio tributário fora de seu território, a notificação far-se-á por via postal registrada, com aviso de recebimento.

§ 2º - A notificação far-se-á por edital na impossibilidade da entrega do aviso respectivo ou no caso de recusa de seu recebimento.

Art. 94 - Serão sempre de 20 (vinte) dias, contadas a partir do recebimento da notificação, o prazo mínimo para pagamento e máximo para impugnação do lançamento, se outro prazo não for estipulado, especificamente, nesta Lei.

Art. 95 - A notificação de lançamento conterá:

I - o endereço do imóvel tributário;

II - o nome do sujeito passivo, e seu domicílio tributário;

III - a denominação do tributo e o exercício a que se refere;

IV - o valor do tributo, sua alíquota e base de cálculo;

V - o prazo por recomhimento;

VI - o comprovante, para o órgão fiscal, de recebimento pelo contribuinte.

Art. 96 - Enquanto não extinto o direito da Fazenda Pública, poderão ser efetuados lançamentos omitidos ou viciados por irregularidade ou erro de fato.

Art. 97 - Até o dia 10(dez) de cada mês os serventários da justiça enviarão ao fisco Municipal informações, , , , , ,



ESTADO DE GOIÁS  
PODER LEGISLATIVO

Câmara Municipal de Araguaina

CGC(MF) 02773216/0001-15 - MAT. INPS 08.021.10024-03

Fl. 47

a respeito dos atos relativos a imóveis, praticados no mês anterior, tais como transcrições, inscrições e averbações.

Seção II

SUSPENSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

Art. 98 - A concessão de moratória será objeto de Lei especial, atendidos os requisitos do Código Tributário Nacional.

Art. 99 - O depósito do montante integral ou parcial da obrigação tributária poderá ser efetuado pelo sujeito passivo e suspenderá a exigibilidade do crédito tributário a partir da data de sua efetivação na tesouraria municipal ou de sua consignação judicial.

Art.100 - A impugnação, a defesa e o recurso apresentados pelo sujeito passivo, bem como a concessão de medida liminar em mandado de segurança suspendem a exigibilidade do crédito tributário, independentemente do prévio depósito.

Art.101 - A suspensão da exigibilidade do crédito tributário não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal ou dela consequentes.

Art.102 - Os efeitos suspensivos cessam pela extinção ou exclusão do crédito tributário, pela decisão administrativa desfavorável, no todo ou em parte, ao sujeito passivo e pela cassação da medida liminar concedida em mandado de segurança.

Seção III

EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO



ESTADO DE GOIÁS  
PODER LEGISLATIVO

Câmara Municipal de Araguaina

CGC(MF) 02773216/0001-15 - MAT. INPS 08.021.10024-03

F1.48

**Seção III**  
**EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO**

**Art. 103** - Nenhum recolhimento de tributo ou penalidade pecuniária será efetuado sem que se expeça o competente documento de arrecadação municipal, na forma estabelecida em regulamento.

**Parágrafo Único** - No caso de expedição fraudulenta de documentos de arrecadação municipal, responderão civil, criminal e administrativamente os servidores que os houverem subscrito, emitido ou fornecido.

**Art. 104** - Todo pagamento de tributo deverá ser efetuado em órgão arrecadador municipal ou estabelecimento de crédito autorizado pela administração, sob pena de nulidade.

**Art. 105** - É facultado à Administração a cobrança em conjunto de impostos e taxas, observadas as disposições regulamentares.

**Art. 106** - O tributo e demais créditos tributários não pagos na data do vencimento terão seu valor atualizado e acrescido de acordo com os seguintes critérios:

I - o principal será atualizado mediante aplicação do coeficiente obtido pela divisão do valor nominal reajustado de uma obrigação Reajustável do Resouro Nacional (ORTN), no mês em que se efetivar o pagamento, pelo valor da mesma obrigação mês fixado para pagamento;

II - Sobre o valor principal atualizado serão aplicados:  
a. 10% (dez por cento) quando o pagamento for , , , , , , ,



ESTADO DE GOIÁS  
PODER LEGISLATIVO

Fl. 49

Câmara Municipal de Araguaina

CGC(MF) 02773216/0001-15 - MAT. INPS 08.021.10024-03

efetuado até 30 (trinta) dias após o vencimento;

2. 20% (vinte por cento) quando o pagamento for efetuado depois de 30 (trinta) dias e até 60 (sessenta) dias após o vencimento;

3. 30% (trinta por cento) quando o pagamento for efetuado depois de decorridos mais de 60 (sessenta) dias do vencimento;

b. Juros de mora à razão de 1\$ (hum por cento) ao mês devidos a partir do mês seguinte ao do vencimento, considerado mês qualquer fração.

Art. 107- O sujeito passivo terá direito à restituição

total ou parcial das importâncias pagas a título de tributos ou demais créditos tributários, nos seguintes casos:

I- cobrança ou pagamento espontâneo de tributo indevido ou em valor maior que o devido, em face da legislação tributária ou da natureza ou circunstância materiais do fato gerador efetivamente ocorrido;

II- erro na identificação do sujeito passivo, na determinação da alíquota, no cálculo do montante do débito ou na elaboração ou conferência de qualquer documento relativo ao pagamento;

III- reforma, anulação, revogação ou rescisão de decisão condenatória.

§ 1º A restituição de tributos que comportem, por sua natureza, transferência do respectivo encargo financeiro somente será feita a quem prove haver assumido o referido encargo, ou, no caso de tê-lo transferido a terceiro, estar por este expressamente autorizado a recebê-la.

§ 2º- A restituição total ou parcial dá lugar à res-



ESTADO DE GOIÁS  
PODER LEGISLATIVO

Câmara Municipal de Araguaina

CGC(MF) 02773216/0001-15 - MAT. INPS 08.021.10024-03

6150

tituição, na mesma proporção, dos juros de mora, penalidades pecuniárias e demais acréscimos legais relativos ao principal, excetuando-se os acréscimos referentes a infrações de caráter formal.

Art. 108 - A autoridade administrativa poderá determinar que a restituição se processe através de compensação.

Art. 109 - O direito de pleitear a restituição total ou parcial do tributo extingue-se com o decurso do prazo de 05 (cinco) anos, contados:

I - nas hipóteses dos incisos I e II do art.107, da data de extinção do crédito tributário;

II - na hipótese do inciso III do art.107, da data em que se tornar definitiva a decisão administrativa ou transitar em julgado a decisão judicial que tenha reformado, anulado, revogado ou rescindido a decisão condenatória.

Art. 110 - Prescreve em 2 (dois) anos a ação anulatória de decisão administrativa que denegar a restituição.

Parágrafo Único - O prazo do prescrição é interrompido pelo início da ação judicial, recomeçando o seu curso, por metade, a partir da data da intimação validamente feita ao representante da Fazenda Municipal.

Art. 111 - O pedido de restituição será feito à autoridade administrativa através de requerimento da parte interessada que apresentará prova do pagamento e as razões da ilegalidade ou irregularidade do crédito.

Art. 112 - A importância será restituída dentro de um prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da decisão final que defira o pedido.



ESTADO DE GOIÁS  
PODER LEGISLATIVO

Câmara Municipal de Araguaina

CGC(MF) 02773216/0001-15 - MAT. INPS 08.021.10024-03

F1.51

Parágrafo único - A não restituição no prazo definido neste artigo implicará, a partir de então, em atualização monetária da quantia em questão e na incidência de juros não capitalizáveis de 1% (hum por cento) ao mês sobre o valor atualizado.

Art. 113 - Só haverá restituição de quaisquer importâncias após decisão definitiva, na esfera administrativa, favorável ao contribuinte.

Art. 114 - Fica o Executivo Municipal autorizado, a seu critério, a compensar débitos tributários com créditos liquidados e certos, vencidos ou vencendos do seujeito passivo contra a Fazenda Pública, nas condições e sob as garantias estipular.

Parágrafo Único - Sendo vincendo o crédito tributário do seujeito passivo, seu montante será reduzido de 1% (hum por cento) por cada mês que decorrer entre a data da compensação e a do vencimento.

Art. 115 - Fica o Executivo Municipal autorizado a efetuar transação entre os sujeitos ativo e passivo da obrigação tributária, que, mediante concessões mútuas, importe em terminação do litígio e consequente extinção do crédito tributário, desde que ocorra ao menos uma das seguintes condições:

I - O litígio tenha como fundamento obrigação tributária cuja expressão monetária seja inferior ao valor de referência quantificado no art. 189.

II - a demora na solução do litígio seja onerosa para o município.

Art. 116 - Fica o Prefeito Municipal autorizado a conceder, por despacho fundamentado, remissão total ou parcial do crédito tributário, atendendo:



ESTADO DE GOIÁS  
PODER LEGISLATIVO

Fl. 52

Câmara Municipal de Araguaina

CGC(MF) 02773216/0001-15 - MAT. INPS 08.021.10024-03

- I- à situação econômica do sujeito passivo;
- II- ao erro ou ignorância excusáveis do sujeito passivo, quanto à matéria de fato;
- III- ao fato de ser a importância do crédito tributário inferior ao valor de referência quantificada no art. 197.
- IV- às considerações de equidade relativamente às características pessoais ou materiais do caso;
- V- às condições peculiares a determinada região do território Municipal.

Parágrafo único- A concessão referida neste artigo não gera direito adquirido e será revogada de ofício sempre que se apure que o beneficiário não satisfazia ou deixou de satisfazer as condições ou não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos necessários a sua obtenção, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis nos casos de dolo ou simulação do beneficiário.

Art. 117- O direito da Fazenda Pública constituir o crédito tributário decai após 05 (cinco) anos, contados:

- I- da data em que tenha sido notificada ao sujeito passivo qualquer medida preparatória indispensável ao lançamento;
- II- do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento deveria ter sido efetuado;
- III- da data em que se tornar definitiva a decisão que houver anulado, por vício formal, o lançamento anteriormente efetuado.

§ 1º Excetuado o caso do item III deste artigo, o prazo de decadência não admite interrupção ou suspensão.

§ 2º Ocorrendo a decadência, aplicam-se as normas do art. 119 no tocante à apuração de responsabilidade e à caracterização da falta.



ESTADO DE GOIÁS  
PODER LEGISLATIVO

Câmara Municipal de Araguaina

CGC(MF) 02773216/0001-15 - MAT. INPS 08.021.10024-03

Fl.53

Art. 118 - A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos contados da data de sua constituição definitiva.

§ 1º - A prescrição se interrompe:

- a. pela citação pessoal feita ao devedor;
- b. pelo protesto judicial;
- c. por qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor;
- d. por qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe em reconhecimento do débito pelo devedor.

§ 2º - A prescrição se suspende:

- a. durante o prazo de concessão da moratória até sua revogação, em caso de dolo ou simulação do beneficiário ou de terceiro por aquele;
- b. durante o prazo da concessão da remissão até sua revogação, em caso de dolo ou simulação do beneficiário ou de terceiro por aquele;
- c. a partir da inscrição do débito em dívida ativa, por 180 (cento e oitenta) dias, ou até a distribuição da execução fiscal se esta ocorrer antes de findo aquele prazo.

Art. 119 - Ocorrendo a prescrição abri-se-á inquérito administrativo para apurar as responsabilidades na forma da lei.

Parágrafo Único- A autoridade municipal, qualquer que seja seu cargo ou função e independentemente do vínculo empregatício ou funcional, responderá civil, criminal e administrativamente pela prescrição de débitos tributários sob sua responsabilidade, cumprindo-lhe indemnizar o Município do valor dos débitos prescritos.



ESTADO DE GOIÁS  
PODER LEGISLATIVO

Câmara Municipal de Araguaina  
CGC(MF) 02773216/0001-18 - MAT. INPS 08.021.10024-03

F1.54

Art. 120 - As importâncias relativas ao montante do crédito tributário depositadas na repartição fiscal ou consignadas judicialmente para efeito de discussão, serão após decisão irrecorrível, no total ou em parte, restituídas de ofício ao impugnante ou convertidas em renda a favor do Município.

Art. 121 - Extingue o crédito tributário a decisão administrativa ou judicial que expressamente, em conjunto ou isoladamente:

I - declare a irregularidade de sua constituição;

II - reconheça a inexistência da obrigação que lhe deu origem;

III - exonere o sujeito passivo do cumprimento da obrigação;

IV - declare a incompetência do sujeito ativo para exigir o cumprimento da obrigação.

§ 1º - Extinguem o crédito tributário:

a . a decisão administrativa irreformável, assim entendida a definitiva na órbita administrativa que não mais possa ser objeto de ação aulatória;

b . a decisão judicial passada em julgado.

§ 2º - Enquanto não tornada definitiva a decisão administrativa ou passada em julgado a decisão judicial, continuará o sujeito passivo obrigado nos termos da legislação tributária, ressalvadas as hipóteses de suspensão de exigibilidade do crédito, previstas no art. 92.

#### SEÇÃO IV

#### EXCLUSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

Art. 122 - A exclusão do crédito tributário não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes



Câmara Municipal de Araguaina

CGC(MF) 02773216/0001-15 - MAT. INPS 08.021.10024-03

da obrigação principal ou dela consequentes.

Art. 123- A isenção, quando concedida em função do procedimento de determinadas condições ou cumprimento de requisitos, dependerá de recolhimento anual pelo Executivo, antes da expiração de cada exercício, mediante requerimento do interessado em que prove enquadrar-se nas situações exigidas pela Lei concedente.

Parágrafo único- Quando deixarem de ser cumpridas as exigências determinadas na lei de isenção condicionadas a prazo ou a quaisquer outros encargos, a autoridade administrativa, fundamentadamente, cancelará o despacho que reconheceu o benefício.

Art. 124- A anistia, quando não concedida em caráter geral, é efetivada, em cada caso, por despacho do Executivo em requerimento no qual o interessado faça prova do preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos previstos em lei para sua concessão.

Parágrafo único- O despacho referido neste artigo, não gera direito adquirido e será revogado de ofício sempre que o beneficiado não satisfazia ou deixou de satisfazer as condições ou não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos para concessão do favor, cobrando-se o crédito acrescido de juros de mora.

Art. 125- A concessão da anistia implica da infração, não constituindo esta antecedente para efeito de imposição ou graduação de penalidades por outras infrações de qualquer natureza a ela subsequentes cometidas pelo sujeito passivo beneficiado por anistia anterior.



ESTADO DE GOIÁS  
PODER LEGISLATIVO

Câmara Municipal de Araguaina

CGC(MF) 02773216/0001-15 - MAT. INPS 08.021.10024-03

F1.56

SEÇÃO V  
INFRAÇÕES E PENALIDADES

**Art. 126** - Os contribuintes que se encontrarem em débito para com a fazenda Municipal não poderão dela receber quantias ou créditos de qualquer natureza nem participar de licitações públicas ou administrativas para fornecimento de materiais ou equipamentos, ou realização de obras e prestação de serviço aos órgãos de administração Municipal direta ou indireta, bem como gozarem de quaisquer benefício os fiscais.

**Art. 127** - Independentemente dos limites estabelecidos nesta Lei, a reincidência em infração da mesma natureza punir-se-á com multa em dobro, e, a cada nova reincidência, aplicar-se-á essa pena acrescida de 20% (vinte por cento).

**Art. 128** - O contribuinte ou responsável poderá apresentar denúncias espontânea de infração, ficando excluída a respectiva penalidade, desde que a falta seja corrigida imediatamente ou, se for caso, efetuado o pagamento do tributo devido, atualizado e com os acréscimos legais cabíveis, ou depositados a importância arbitrada pela autoridade administrativa quando o montante do tributo depende da apuração.

**§ 1º** - Não se considera espontânea a denúncia apresentada após o inicio de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização relacionadas com a infração.

**§ 2º** - A apresentação de documentos obrigatórios à administração não importa me denúncias espontânea, para os fins do disposto neste artigo.

**Art. 129** - Serão punidos:



ESTADO DE GOIÁS  
PODER LEGISLATIVO

Câmara Municipal de Araguaina

CGC(MF) 02773216/0001-15 - MAT. INPS 08.021.10024-03

F1.57

- I - com multa de 20% (vinte por cento) do valor de referência quaisquer pessoas, independentemente de cargo, ofício ou função, ministério, atividade ou profissão, que embaraçarem, elidirem ou dificultarem a ação da Fazenda Municipal;
- II - com multa de 30% (trinta por cento) do valor de referência quaisquer pessoas, físicas ou jurídicas que infringirem dispositivo da legislação tributária do Município, para os quais não tenham sido especificada as penalidades próprias.

Art. 130 - São considerados crimes de sonegação fiscal a prática pelo sujeito passivo ou por terceiro em benefício daquele, dos seguintes atos:

- I - prestar declaração falsa ou omitir, total ou parcialmente, informação que deve ser produzida a agentes do fisco, com intenção de eximir-se, total ou parcialmente, do pagamento de tributo e quaisquer outros adicionais devidos por lei;
- II - inserir elementos inexatos ou omitir rendimentos ou operações de qualquer natureza em documentos ou livros exigidos pelas leis fiscais, com a intenção de exonerar-se do pagamento de tributos devidos à Fazenda Municipal;
- III - alterar faturas e quaisquer documentos relativos a operações tributáveis com o propósito de fraudar a Fazenda Municipal.
- IV - Fornecer ou emitir documentos graciosos ou majorar despesas com o objetivo de obter dedução de tributos devidos à Fazenda Municipal.



ESTADO DE GOIÁS  
PODER LEGISLATIVO

Fl. 58

Câmara Municipal de Araguaina

CGC(MF) 02773216/0001-15 - MAT. INPS 08.021.10024-03

Título II

DO PROCEDIMENTO FISCAL TRIBUTÁRIO

Capítulo I

DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

Seção I

CONSULTA

Art. 131- Ao contribuinte ou responsável é assegurado o direito de efetuar consulta sobre interpretação e aplicação da legislação tributária, desde que feita antes da ação fiscal e em obediência às normas aqui estabelecidas.

Art. 132- A consulta será dirigida ao titular da Fazenda Municipal com apresentação clara e precisa do caso concreto e de todos os elementos indispensáveis ao entendimento da situação de fato, indicados os dispositivos legais e instruída, se necessário, com documentos.

Art. 133- Nenhum procedimento fiscal será promovido contra o sujeito passivo, em relação à espécie consultada, durante a tramitação da consulta.

Parágrafo único- Os efeitos previstos neste artigo não se produzirão em relação às consultas meramente protelatórias, assim entendidas as que versem sobre tese de direito já resolvida por decisão administrativa ou judicial, definitiva ou passada em julgado.

Art. 134- A resposta à consulta será respeitada pela administração, salvo se baseada em elementos inexatos fornecidos pelo contribuinte.

Art. 135- Na hipótese de mudança de orientação fiscal, a nova orientação atingirá todos os casos, ressalvado



ESTADO DE GOIÁS  
PODER LEGISLATIVO

Câmara Municipal de Araguaina

F1.59

CGC(MF) 02773216/0001-15 - MAT. INPS 08.021.10024-03

o direito daqueles que anteriormente procederam de acordo com a orientação vigente até a data da modificação.

Parágrafo único - Enquanto o contribuinte, protegido por consultar, não for notificado de qualquer alteração posterior no entendimento da autoridade administrativa sobre o mesmo assunto, ficará amparado em seu procedimento pelos termos da respostas a sua consulta.

Art. 136 - A formulação da consulta não terá efeito suspenso da cobrança de tributos e respectivas atualizações e penalidades.

Parágrafo Único - O consulente poderá evitar a oneração do débito por multa, juros de mora e correção monetária efetuando o seu pagamento ou o prévio depósito administrativo das importâncias que, se indevidas, serão restituídas dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados da notificação do consulente.

Art. 137 - A autoridade administrativa deverá responder à consulta no prazo de 60 (sessenta) dias.

Parágrafo único - Do despacho proferido em processo de consulta caberá pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias contados da sua notificação, desde que fundamentado em novas alegações.

## SEÇÃO II FISCALIZAÇÃO

Art. 138 - Compete à Administração Fazendária Municipal, pelos órgãos especializados, a fiscalização do cumprimento das normas da legislação tributária.



## Câmara Municipal de Araguaina

CGC(MF) 02773216/0001-15 - MAT. INPS 08.021.10024-03

§ 1º- Iniciada a fiscalização ao contribuinte, terão os agentes fazendários o prazo de 30 (trinta) dias para concluir-la, salvo quando esteja ele submetido a regime especial de fiscalização.

§ 2º- Havendo justo, o prazo referido no Parágrafo anterior poderá ser prorrogado, mediante despacho do titular da Fazenda Municipal pelo período por este fixado.

Art. 139- A fiscalização será exercida sobre todas as pessoas sujeitas a cumprimento de obrigações tributárias, inclusive aquelas imunes ou isentas.

Art. 140- A autoridade administrativa terá ampla faculdade de fiscalização, podendo, especialmente:

I- exigir do sujeito passivo a exibição de livros comerciais e fiscais e documentos em geral, bem como solicitar seu comparecimento à repartição competente para prestar informações ou declarações.

II- apreender livros e documentos fiscais, nas condições e formas definidas nesta Lei;

III- fazer inspeções, vistorias, levantamentos e avaliações nos locais e estabelecimentos onde se exerçam atividades passíveis de tributação ou nos bens que constituam matéria tributável.

Art. 141- A escrita fiscal ou mercantil, com omissão de formalidades legais ou intuito de fraude fiscal, será desclassificada e facultada à Administração o arbitramento dos diversos valores.

Art. 142- O exame de livros, arquivos, documentos, papéis e efeitos comerciais e demais diligências da fiscalização poderão ser repetidos, em relação a um mesmo fato ou período de tempo, enquanto não extinto o direito de proceder ao lançamento do tributo ou a penalidade, ainda que já lanaçados e pagos.



ESTADO DE GOIÁS  
PODER LEGISLATIVO

Câmara Municipal de Araguaina

CGC(MF) 02773216/0001-15 - MAT. INPS 08.021.10024-03

Fl. 61

Art. 143 - Mediante intimação escrita, são obrigados a prestara autoridade administrativa todas as informações de que disponham, com relação aos bens, negócios ou atividades de terceiros:

I - Os tabeliões, escrivães e demais serventuários de ofícios;

II - Os bancos, caixas econômicos e demais instituições financeiras;

III - As empresas de administração de bens;

IV - Os corretores, leiloeiros e despachantes oficiais;

V - Os inventariantes;

VI - O sindicos, comissários e liquidatários;

VII - quaisquer outras entidades ou pessoas que, em razão de seu cargo, ofício, função, ministério, atividade ou profissão detenham em seu poder, a qualquer título e de qualquer forma, informações necessárias ao fisco.

Parágrafo Único - A obrigação prevista neste artigo não abrange a prestação de informações quanto a fatos sobre os quais o informante esteja legalmente obrigado a guardar segredo.

Art. 144 - Independentemente do disposto na legislação criminal é vedada a divulgação, para quaisquer fins, por parte de prepostos da Fazenda Municipal, de qualquer informação obtida em razão de ofício sobre a situação econômica-financeira, e sobre a natureza e estado dos negócios ou atividades das pessoas sujeitas à fiscalização.

§ 1º - Excetuam-se do disposto neste artigo unicamente as requisições da autoridade judiciária e os casos de pretensão mútua de assistência para fiscalização de tributos e permuta de informações entre os diversos órgãos do Município e entre este e a União, Estados e outros Municípios.



ESTADO DE GOIÁS  
PODER LEGISLATIVO

Câmara Municipal de Araguaina

CGC(MF) 02773216/0001-18 - MAT. INPS 08.021.10024-03

Fl.62.

§ 2º - A divulgação das informações obtidas no exame de contas e documentos constitui falta grave sujeita à penalidade da legislação pertinente.

Art. 145 - As autoridades da Administração Fiscal, do Município, através do Prefeito, poderão requisitar auxílio de força pública federal, estadual ou municipal, quando vítimas de embaraço ou desacato no exercício das funções de seus agentes, ou quando indispensável à efetivação de medidas previstas na legislação tributária.

### Seção III CERTIDÕES

Art. 146 - A pedido do contribuinte, em não havendo débito, será fornecida certidão negativa dos tributos municipais, nos termos do requerido.

Art. 147 - A certidão será fornecida dentro de 10 (dez) dias a contar da data de entrega do requerimento na repartição, sob pena de responsabilidade funcional.

Art. 148 - Terá os mesmos efeitos da certidão negativa a que ressalvar a existência de créditos:

- I - não vencidos;
- II - em curso de cobrança executiva com efetivação de penhora;
- III - cuja exigibilidade esteja suspensa.

Art. 149 - A certidão negativa fornecida não exclui o direito da Fazenda Municipal exigir, a qualquer tempo, os débitos que venham a ser apurados.



ESTADO DE GOIÁS  
PODER LEGISLATIVO

Fl. 63

Câmara Municipal de Araguaina

CGC(MF) 02773216/0001-15 - MAT. INPS 08.021.10024-03

Art. 150- O Município não celebrará contrato, aceitará licença para construção ou reforma e habite-se nem aprovará planta de loteamento sem que o interessado faça prova, por certidão negativa, da quitação de todos os tributos devidos à Fazenda Municipal, relativos ao objeto em questão.

Art. 151- A certidão negativa expedida com dolo ou fraude, que contenha erro contra a Fazenda Municipal, responsabiliza pessoalmente o funcionário que a expedir pelo pagamento do crédito tributário e juros de mora acrescido.

Parágrafo único- O disposto neste artigo não exclui a responsabilidade cível, criminal e administrativa que couber e é extensivo a quantos colaborarem por ação ou omissão, no erro contra a Fazenda Municipal.

#### Seção IV

#### DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA

Art. 152- As importâncias relativas a tributos e seus acréscimos, bem como a quaisquer outros débitos tributários lançados mas não recolhidos, constituem dívida ativa a partir da data de sua inscrição regular.

Parágrafo único- A fluência de juros de mora não exclui, para os efeitos deste artigo, a liquidez do crédito.

Art. 153- A Fazenda Municipal inscreverá em dívida ativa, a partir do primeiro dia útil do exercício seguinte ao lançamento dos débitos tributários, os contribuintes inadimplentes com as obrigações.

§ 1º- Sobre os débitos inscritos em dívida ativa incidirão correção monetária, multa e juros, a contar da data de vencimento dos mesmos.



ESTADO DE GOIÁS  
PODER LEGISLATIVO

Câmara Municipal de Araguaina

CGC(MF) 02773216/0001-15 - MAT. INPS 08.021.10024-03

F1.64

§ 2º.- No caso de débito com pagamento parcelado, considerar-se-á data de vencimento, para efeito de inscrição aquela da primeira parcela não paga.

§ 3º - Os débitos serão cobrados amigavelmente antes de sua execução;

Art. 154 - O termo de inscrição em dívida ativa, autenticado pela autoridade competente, indicará obrigatoriamente:

I - o nome do devedor, dos co-responsáveis e, sempre que conhecido, o domicílio ou residência de um e de outros;

II - o valor originários da dívida, bem como o termo inicial e a forma de calcular os juros de mora e demais encargos previstos em lei;

III- a origem, a natureza e o fundamento legal da dívida;

IV - a indicação de estar a dívida sujeita à atualização monetária, bem como o respectivo fundamento legal e o termo inicial para o cálculo;

V - a data e o número da inscrição no livro de Dívida Ativa;

VI - sendo o caso, o número do processo administrativo ou do auto de infração, se neles estiver apurado o valor da dívida

§ 1º - A certidão conterá, além dos requisitos deste artigo, a indicação do livro e da folha de inscrição.

§ 2º - O termo de inscrição e a Certidão da Dívida Ativa poderão ser preparados e numerados por processo manual, mecânico ou eletrônico.



ESTADO DE GOIÁS  
PODER LEGISLATIVO

Câmara Municipal de Araguaina

CGC(MF) 02773216/0001-15 - MAT. INPS 08.021.10024-03

Fl. 65.

Art. 155 - A omissão de quaisquer dos requisitos previstos no artigo anterior ou o erro a eles relativo são causas de nulidade da inscrição e do processo de cobrança dela decorrente, mas a nulidade poderá ser sanada até decisão judicial de primeira instância, mediante substituição da certidão nula, devolvido ao sujeito passivo, acusado ou interessado o prazo para defesa, que somente poderá versar a parte modificada.

Art. 156 - O débito inscrito em dívida ativa, a critério do órgão Fazendário e respeitado o disposto no item I do art. 106, poderá ser parcelado em até 10(dez) pagamentos mensais e sucessivos.

§ 1º - O parcelamento só será concedido mediante requerimento do interessado, o que implicará no reconhecimento da dívida.

§ 2º - O não pagamento de quaisquer das prestações na data fixada no acordo, importará no vencimento antecipado das demais e na imediata cobrança do crédito, ficando proibida sua renovação ou novo parcelamento para o mesmo débito.

Art. 157 - Não serão inscritos em dívidas os débitos constituidos antes da vigência desta lei, cujos valores atualizados sejam inferiores a Cr\$ 50.000 (cinquenta mil cruzeiros).

Art. 158 - No cálculo do débito inscrito em dívida ativa serão desprezadas as frações de Cr\$ 1,00 (hum cruzeiro).



## Capítulo II DO PROCESSO FISCAL TRIBUTÁRIO

### Seção I IMPUGNAÇÃO

Art. 159- A impugnação terá efeito suspensivo da exigência e instaurará a fase contraditória do procedimento.

Parágrafo Único- A impugnação do lançamento mencionaré:

- a. a autoridade julgadora a quem é dirigida;
- b. a qualificação do interessado e o endereço para intimação;
- c. os motivos de fato e de direito em que se fundamenta;
- d. as diligências que o sujeito passivo pretenda sejam efetuadas, desde que justificadas as suas razões;
- e. o objetivo visado.

Art. 160- O impugnador será notificado no despacho no próprio processo mediante assinatura ou por via postal registrada ou ainda por edital quando se encontrar em local incerto ou não sabido.

Art. 161- Na hipótese da impugnação ser julgada improcedente, os tributos e penalidades impugnados serão atualizados monetariamente e acrescidos de multa e juros de mora, a partir da data dos respectivos vencimentos, quando cabíveis.

§ 1º- O sujeito passivo poderá evitar a aplicação dos acréscimos na forma deste artigo, desde que efetue o prévio depósito administrativo, na tesouraria do Município, da quantia exigida.



ESTADO DE GOIÁS  
PODER LEGISLATIVO

Câmara Municipal de Araguaina

CGC(MF) 02773216/0001-15 - MAT. INPS 08.021.10024-03

Fl. 67

§ 2º - Julgada improcedente a impugnação, o sujeito passivo arcará com as custas processuais que houver.

Art. 162 - Julgada procedente a impugnação, serão restituídas ao sujeito passivo, dentro do prazo de 30(trinta) dias contados do despacho ou decisão, as importâncias acaso depositadas, atualizadas monetariamente a partir da data em que foi efetuado o depósito.

## SEÇÃO II

### AUTO DE INFRAÇÃO

Art. 163 - As ações ou omissões que contrariem o disposto na legislação tributária serão, através de fiscalização de autuação com o fim de determinar o responsável pela infração verificada, o dano causado ao Município e seu respectivo valor, aplicar ao infrator a pena correspondente e proceder-se, quando for o caso, no sentido de obter o ressarcimento do referido dano.

Art. 164 - o Auto de infração será lavrado por autoridade administrativa competente e conterá:

I - o local, a data e a hora da lavratura;

II - o nome, endereço do infrator e de seu estabelecimento, com a respectiva inscrição, quando houver;

III - a descrição clara e precisa do fato que constitui a infração e, se necessário, as circunstâncias pertinentes;

IV - a citação expressa do dispositivo legal infringido e do que define a infração e comina a respectiva penalidade.

V - a referência a documentos que serviram de base à lavratura do auto;

VI - a intimação para a apresentação de defesa ou paga-



ESTADO DE GOIÁS  
PODER LEGISLATIVO

Fl. 68

Câmara Municipal de Araguaina

CGC(MF) 02773216/0001-16 - MAT. INPS 08.021.10024-03

mento do tributo, dentro do prazo de 20 (vinte) dias, bem como o cálculo com os acréscimos legais penalidades e/ou atualização;

VII- a assinatura do agente autuante e a indicação de seu cargo ou função;

VIII- a assinatura do autuado ou infrator ou a menção da circunstância de que não pode ou se recusou a assinar.

§ 1º- As incorreções ou omissões verificadas no auto de infração não constituem motivo de nulidade do processo, desde que do mesmo constem elementos suficientes para determinar a infração e o infrator.

§ 2º- Havendo reformulação ou alteração do auto de infração, será devolvido ao contribuinte autuado o prazo de defesa.

§ 3º- A assinatura do autuado poderá ser apostila no auto, simplesmente ou sob protesto, e, em nenhuma hipótese, implicará em confissão da falta arguida, nem sua recusa agravará a infração ou anulará o auto.

Art. 165- Após a lavratura do auto, o autuante inscreverá, em livro fiscal do contribuinte, se existente, termo do qual deverá constar relato dos fatos, da infração verificada, e menção especificada dos documentos apreendidos, de modo a possibilitar a reconstituição do processo.

Art. 166- Lavrado o auto, terão os autuantes o prazo obrigatório e improrrogável de 48 (quarenta e oito) horas para entregar cópia do mesmo ao órgão arrecadador.

Parágrafo único- A infringência do disposto neste artigo sujeitará à funcionário às penalidades do item I, do art. 129.



ESTADO DE GOIÁS  
PODER LEGISLATIVO

Câmara Municipal de Araguaina

CGC(MF) 02773216/0001-15 - MAT. INPS 08.021.10024-03

Fl.69

Art. 167 - Conformando-se o autuado com o auto de infração e desde que efetue o pagamento das importâncias exigidas dentro do prazo de 20 (vinte) dias contados da respectiva lavratura, o valor das multas, exceto a moratória, será reduzido de 50% (cinquenta por cento).

Art. 168 - Nenhum auto de infração será arquivado nem cancelada a multa fiscal sem prévio despacho da autoridade administrativa.

### Seção III

#### TERMO DE APREENSÃO

Art. 169 - Poderão ser apreendidos bens móveis, inclusive mercadorias, existentes em poder do contribuinte ou de terceiros, desde que constituam prova de infração da legislação tributária.

Parágrafo Único - A apreensão pode compreender livros ou documentos quando constituam prova de fraude, simulação, adulteração, ou falsificação.

Art. 170 - A apreensão será objeto de lavratura de termos próprio, devidamente fundamentado, contendo a descrição dos bens ou documentos apreendidos, com indicação do lugar onde ficarem depositados e o nome do depositário, se for o caso, além dos demais elementos indispensáveis à identificação das disposições legais.

Art. 171 - A restituição dos documentos e bens apreendidos será feita mediante recibo e contra depósito das quantias exigidas, se for o caso.

Art. 172 - Os documentos apreendidos poderão, a requerimento do autuado, ter-lhe devolvidos, ficando no processo cópia do inteiro teor ou da parte que deva fazer prova,



ESTADO DE GOIÁS  
PODER LEGISLATIVO

Câmara Municipal de Araguaina

CGC(MF) 02773216/0001-15 - MAT. INPS 08.021.10024-03

F1.70

caso o riginal não seja indispensável a este fim.

#### SEÇÃO IV

##### INTIMAÇÃO

Art. 173 - Lavrado o auto de infração ou o termo de apreensão, por esses mesmos documentos será o sujeito passivo intimado a recolher o débito, cumprir o que lhe for determinado ou apresentar defesa.

#### SEÇÃO V

##### DEFESA

Art. 174 - O sujeito passivo poderá contestar a existência fiscal, independentemente do prévio depósito, dentro do prazo de 20 (vinte) dias contados da intimação do auto de infração ou do termo de apreensão, mediante defesa por escrito, alegando toda a matéria que entender útil e juntando os documentos comprobatórios das razões apresentadas.

Art. 175 - O sujeito passivo poderá, conformando-se com parte dos termos da autuação, recolher os valores relativos a essa parte ou cumprir o que for determinado pela autoridade fiscal, contestando o restante.

Art. 176 - A defesa será dirigida ao titular da Fazenda Municipal, constará de petição datada e assinada pelo sujeito passivo ou seu representante e deverá ser acompanhada de todos os elementos que lhe servirem de base.

Art. 177 - Anexada a defesa, será o processo encaminhado ao funcionário autuante ou seu substituto para que, no prazo de 10(dez) dias, propagueis a critérios do titular da Fazenda Municipal, se manifeste sobre as razões oferecidas.



ESTADO DE GOIÁS  
PODER LEGISLATIVO

Câmara Municipal de Araguaina

Fl.71

CGC(MF) 02773216/0001-15 - MAT. INPS 08.021.10024-03

Art. 178 - Na hipótese de auto de infração, conformando-se o autuado com o despacho da autoridade administrativa e desde que efetue o pagamento das importâncias exigidas dentro do prazo para interposição de recurso, o valor das multas será reduzido em 25% (vinte e cinco por cento), e o procedimento tributário arquivado.

Art. 179 - Aplicam-se no que couberem, as normas relativas à impugnação.

## SEÇÃO VI DELIGÊNCIAS

Art. 180 - A autoridade administrativa determinará, de ofício ou a requerimento do sujeito passivo, em qualquer instância, a realização de perícias e outras diligências, quando as entender necessárias, fixando-lhes prazo e indefirirá as que considerar prescindíveis, impraticáveis ou protelatórias.

Parágrafo Único - A autoridade administrativa determinará o agente da Fazenda Municipal e ou/ perito devidamente qualificado para a realização das diligências.

Art. 181 - o sujeito passivo poderá participar das diligências, pessoalmente ou através de seu preposto ou representantes legal, e as alegações que fizer serão juntadas ao processo para serem apreciadas no julgamento.

Art. 182 - - As diligências serão realizadas no prazo máximo de 30(trinta) dias prorrogáveis a critérios da autoridade administrativa e suspenderão o curso dos demais prazos processuais.

## SEÇÃO VII

### PRIMEIRA INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA



ESTADO DE GOIÁS  
PODER LEGISLATIVO

Câmara Municipal de Araguaina

CGC(MF) 02773216/0001-15 - MAT. INPS 08.021.10024-03

Fl.72

## Seção VII

### PRIMEIRA INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA

Art. 183 - As impugnações a lançamentos e as defesas de autos de infração e de termos de apreensão serão decididas, em Primeira Instância Administrativa, pelo titular da Fazenda Municipal.

Parágrafo Único - A autoridade julgadora terá o prazo de 60 (sessenta) dias para proferir sua decisão, contados da data do recebimento da impugnação ou defesa.

Art. 184 - Considera-se iniciado o procedimento fiscal-administrativo:

- I - com a impugnação pelo sujeito passivo, de lançamento ou ato administrativo dele decorrente;
- II - com a lavratura do termo de início de fiscalização ou intimação escrita para apresentar livros comerciais ou fiscais e outros documentos de interesse para a Fazenda Municipal;
- III - com a lavratura do termo de apreensão de livros ou de outros documentos fiscais;
- IV - com a lavratura de auto de infração;
- V - com qualquer ato escrito de agente do fisco, que caracterize o início do procedimento para apuração de infração fiscal, de conhecimento prévio do fiscalizado.

Art. 185 - Findo o prazo para produção de provas ou perempto o direito de apresentar a defesa, a autoridade julgadora proferirá decisão no prazo de 20 (vinte) dias.

Parágrafo único - Se não se considerar possuidora de todas as informações necessárias a sua decisão, a autoridade administrativa poderá converter o processo em diligência e determinar a produção de novas provas.



ESTADO DE GOIÁS  
PODER LEGISLATIVO

Câmara Municipal de Araguaina

CGC(MF) 02773218/0001-15 - MAT. INPS 08.021.10024-03

F1.73

Art. 186 - Não sendo proferida decisão no prazo legal, nem convertido o julgamento em diligência, poderá a parte interpor recurso voluntário, como se fora julgado procedente o auto de infração ou improcedente a impugnação contra o lançamento, cessando, com a interposição do recurso, a jurisdição da autoridade de primeira instância.

## SEÇÃO VIII SEGUNDA INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA

Art. 187 - Das decisões de primeira instância cabrá recurso para a instância administrativa superior:

I - voluntário, quando requerido pelo sujeito passivo no prazo de 20 (vinte) dias a contar da notificação do despacho quando a ele contrárias no todo ou em parte;

II - de ofício, a ser obrigatoriamente interposto pela autoridade julgadora, imediatamente e no próprio despacho, quando contrárias, no todo ou em parte ao Município, desde que a importância em litígio exceda 02 (duas) vezes o valor de referência definido no art. 197.

§ 1º - O recurso terá efeito suspensivo.

§ 2º - Enquanto não interposto o recurso de ofício, a decisão produzirá efeito.

Art. 188 - A decisão, na instância administrativa superior, será proferida no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados da data do recebimento do processo, aplicando-se para a notificação do despacho as modalidades prevista para a primeira instância.

Parágrafo único - Decorrida o prazo definido neste ar-



ESTADO DE GOIÁS  
PODER LEGISLATIVO

Câmara Municipal de Araguaina

CGC(MF) 02773216/0001-15 - MAT. INPS 08.021.10024-03

F1.75

tigo sem que tenha sido proferida a decisão, não serão computados juros e atualização monetária a partir dessa data.

Art. 189 \* A segunda Instância Administrativa será representada pelo Prefeito Municipal.

Art. 190 - O recurso voluntário poderá ser impetrado independentemente de apresentação da garantia de instância.

#### DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 191 - São definitivas as decisões de qualquer instância, uma vez esgotado o prazo legal para interposição de recurso, salvo se sujeitas a recurso de ofício.

Art. 192 - Não se tomará qualquer medida contra o contribuinte que tenha agido ou pago tributo de acordo com decisão administrativa ou judicial transmitida em julgado, mesmo que posteriormente modificada.

Art. 193 - Todos os atos relativos à matéria fiscal serão praticados dentro dos prazos fixados na legislação tributária.

§ 1º - Os prazos serão contínuos, excluídos no seu cômputo o dia do inicio e incluído o do vencimento.

§ 2º - Os prazos somente se iniciam ou vencem em dia de expediente normal na Prefeitura ou estabelecimento de crédito, prorrogando-se, se necessário, até o primeiro dia útil seguinte.

Art. 194 - O responsável por loteamento fica obrigado a apresentar à administração:



## Câmara Municipal de Araguaina

CGC(MF) 02773216/0001-16 - MAT. INPS 08.021.10024-03

- I- título de propriedade da área loteada;
- II- planta completa do loteamento contendo, em escala que permita sua anotação, os logradouros, lotes, área total, áreas cedidas ao patrimônio Municipal;
- III- mensalmente, comunicação das alienações realizadas, contendo os dados indicativos dos adquirentes e das unidades adquiridas.

Art. 195- Os cartórios serão obrigados e exigir, sob pena de responsabilidade, para efeito de lavratura da escritura de transferência ou venda do imóvel, certidão de aprovação do loteamento e ainda enviar à Administração relação mensal das operações realizadas com imóveis.

Art. 196- Consideram-se integradas à presente Lei as tabelas dos Anexos que a acompanham.

Art. 197- Fica instituído o VALOR DE REFERÊNCIA DE ARAGUAÍNA- VRA para cálculo das taxas tendo como base legal e de cálculo o equivalente a 80% (oitenta por cento) do MVR- Maior valor de Referência fixado pelo Governo Federal.

Parágrafo único- No decorrer do exercício financeiro e ano fiscal, esta co-relação será obrigatoriamente respeitada, sempre, que o MVR for reajustado pelo Governo Federal, ou seja, o Valor de Referência aqui estabelecido.

Art. 198- O valor de referência mencionado no artigo anterior será atualizado anualmente, até 31 de dezembro, por ato Executivo Municipal, nos termos da Lei Federal número 6.423, de 17 de Junho de 1977 e suas modificações posteriores com base variação das ORTN



ESTADO DE GOIÁS  
PODER LEGISLATIVO

Câmara Municipal de Araguaina

CGC(MF) 02773216/0001-15 - MAT. INPS 08.021.10024-03

Fl. 76

Art. 199 - Na fixação da base de cálculo dos tributos serão desprezadas as frações de Cr\$ 1.000 (hum mil)

Art. 200 - Nos valores finais dos tributos a serem pagos serão desprezadas as frações de Cr\$ 1.00 (hum cruzeiro)

Art. 201 - Esta Lei será regulamentada, no que couber, por decreto do Executivo Municipal, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 202 - Esta Lei entrará em vigor em 31 de dezembro de 1985, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Araguaina,  
20 de dezembro de 1.985.

*[Handwritten signature of Antônio Raimundo Neder]*  
CAMARA MUNICIPAL DE ARAGUAINA  
Vereador ANTONIO RAIMUNDO  
Presidente



ESTADO DE GOIÁS  
PODER LEGISLATIVO

Câmara Municipal de Araguaina

CGC(MF) 02773216/0001-15 - MAT. INPS 08.021.10024-03

F1. 77

ANEXO I

TABELA PARA COBRANÇA DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA

ATIV. CONST. DA LISTA DO ART.28	BASE DE CALCULO	ALÍQUOTA
1 . Trabalho pessoal do profissional autônomo de nível universitário	V.R.A	20%
2 . Trabalho pessoal do profissional autônomo de nível médio	V.R.A	15%
3 . Trabalho pessoal dos demais profissionais autônomos	V.R.A	10%
4 . Itens 519 e 120	preço do serviço	3%
5 . Diversões públicas	preço do serviço	5%
6 . De mais itens da Lista	preço do serviço	3%



ESTADO DE GOIÁS  
PODER LEGISLATIVO

Fl. 78

Câmara Municipal de Araguaina

CGC(MF) 02773216/0001-15 - MAT. INPS 08.021.10024-03

ANEXO II

Licença e Renovação de Licença para Localização e Funcionamento de Estabelecimentos Comerciais, Industriais, Prestadores de Serviços e Profissionais, Exceto os de Crédito e Similares.

ÁREA UTILIZADA	Percentual sobre o VRA ao ano ou fração.
Até 3m <sup>2</sup> , por metro quadrado	3,0%
De 4m <sup>2</sup> até 10m <sup>2</sup> , por metro quadrado	2,5%
De 11m <sup>2</sup> até 25m <sup>2</sup> , por metro quadrado	2,3%
De 26m <sup>2</sup> até 50m <sup>2</sup> , por metro quadrado	2,2%
De 51m <sup>2</sup> até 100m <sup>2</sup> , por metro quadrado	1,7%
Acima de 101m <sup>2</sup> , por metro quadrado	1,6%

ANEXO III

Licença de Renovação de Licença para Localização e Funcionamento de Estabelecimento de Crédito, Instituições Financeiras, Sociedades Distribuidoras e Corretoras de Títulos e Valores.

ÁREA UTILIZADA	Percentual sobre o VRA ao ano ou fração
Até 50m <sup>2</sup> , por metro quadrado	8%
De 51m <sup>2</sup> até 100m <sup>2</sup> , por metro quadrado	7%
De 101m <sup>2</sup> até 160m <sup>2</sup> , por metro quadrado	6%
De 161m <sup>2</sup> até 250m <sup>2</sup> , por metro quadrado	5%
Acima de 251m <sup>2</sup> , por metro quadrado	4%



ESTADO DE GOIÁS  
PODER LEGISLATIVO

Câmara Municipal de Araguaina

CGC(MF) 02773216/0001-15 - MAT. INPS 08.021.10024-03

F1.79

Licença de Profissionais Autônomos com Estabelecimentos Fijo

ESPECIFICAÇÃO	Percentual sobre o VRA ao ano ou fração.
Profissionais Portadores de curso Superior	60%
Profissionais portadores de curso médio	30%
Profissionais portadores de curso primário ou não classificados	20%

ANEXO V

Licença Devida por Círcos, Parques de Diversões e Similares

PERMANÊNCIA	Percentual sobre o VRA
Inferior a 1 (um) mês	200%
De 1 (um) a 2 (dois) meses	350%
Acima de 2 (dois) meses	400%

ANEXO VI

Licença para funcionamento de Estabelecimento Comerciais Industriais, prestadores de Serviços Profissionais e Similares, em horário especial.

PERÍODO	Percentual Sobre o VRA
Por dia	2%
Por mês	20%
Por ano	200%



ESTADO DE GOIÁS  
PODER LEGISLATIVO

Câmara Municipal de Araguaina

CGC(MF) 02773216/0001-15 - MAT. INPS 08.021.10024-03

FL.80

ANEXO VII

TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE LICENÇA RELATIVA À OCUPAÇÃO DE TERRENOS OU VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS

1 . FEIRANTES:

1 . 1 - por dia	3% VR
1 . 2 - por mês	15% VR
1 . 3 - por ano	150% VR

2 . VEICULOS

	Por dia	por mês	Por Ano
2 . 1 -Carros de Passeios	10%	60%	150% VR
2 . 2 -Caminhões ou ônibus	20%	80%	180% VR
2 . 3 -Utilitários	10%	60%	150% VR
2 . 4- Reboques	12%	80%	180% VR
2 . 5 -Taxi	10%	50%	100% VR

3 . Barraquinhas ou Quiosques:

3 . 1 - por dia	3% VR
3 . 2 - por mês	20% VR
3 . 3 - por ano	60% VVR

4 . DEMAIS PESSCAS QUE OCUPAM ÁREA EM TERRENOS OU VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS:

4 , 1 - por dia	5% VR
4 . 2 - por mês	20% VR
4 . 3 - por ano	60% VR



## Câmara Municipal de Araguaina

CGC(MF) 02773216/0001-18 - MAT. INPS 08.021.10024-03

## ANEXO VIII

## TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE LICENÇA RELATIVA E EXECUÇÃO DE OBRAS ARRUAMENTOS E LOTEAMENTOS

Quando se tratar de planta doada pela prefeitura a taxa não será cobrada % sobre o valor da referência Ara-

guaina (VRA)

- 1 - Aprovação de projetos e licença para construção por m<sup>2</sup>
  - a- Edificações até 60m<sup>2</sup> ..... 1%
  - b- Edificações de 61m<sup>2</sup> a 120m<sup>2</sup>..... 1%
  - c- Edificações acima de 120m<sup>2</sup>..... 1,5%
  - d- Dependencias em predios Residenciais....1%
  - e- Dependencias em quaisquer outros predios 1%
  - f- Barracões..... 2%
  - g- Galpões..... 2%
- 2 - Reconstruções, Reformas e Reparos Por m<sup>2</sup>..... 1%
- 3 - Demolições, por m<sup>2</sup>..... 0
- 4 - Arruamentos, por quadra, excluídas as áreas destinadas a vias e logradouros públicos. 100%
- 5 - Loteamentos:
  - a- com até 300 lotes, excluídas as áreas destinadas à vias e logradouros públicos e que sejam doadas ao município por lote ..... 2%
  - b- Com mais de 300 lotes, excluídas as áreas destinadas as vias e logradouros públicos e que sejam doadas ao município, por lote..1.5%



ESTADO DE GOIÁS  
PODER LEGISLATIVO

Câmara Municipal de Araguaina

CGC(MF) 02773216/0001-15 - MAT. INPS 08.021.10024-03

Fl. 82

## ÍNDICE

### ARTIGOS

Disposição Preliminar.....	1º
Livro Primeiro.....	
Parte Especial - Tributos.....	2º

## TÍTULO I DOS IMPOSTOS

### CAPÍTULO I DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA

Seção I - Hipótese de Incidência.....	3º a 6º
Seção II - Sujeito Passivo.....	7º a 8º
Seção III- Base de Cálculo e Alíquota.....	9º a 13
Seção IV - Lançamento.....	14 a 16
Seção V - Arrecadação.....	17
Seção VI- Isenções.....	18
Seção VII- Infrações e Penalidades.....	19

### Capítulo II DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA

Seção I - Hipótese de Incidência.....	20 a 22
Seção II- Sujeito Passivo.....	23 a 26
Seção III-Base de Cálculo e Alíquota.....	27 a 35
Seção IV - Lançamento.....	36 a 46
Seção V - Arrecadação.....	47 a 50
Seção VI - Isenções.....	51
Seção VII- Infrações e Penalidades.....	52



ESTADO DE GOIÁS  
PODER LEGISLATIVO

Fl. 83

Câmara Municipal de Araguaina

CGC(MF) 02773216/0001-15 - MAT. INPS 08.021.10024-03

TÍTULO II

DAS TAXAS

ARTIGOS

Capítulo I

DA TAXA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

Seção I	- Hipótese de Incidência.....	53
Seção II	- Sujeito Passivo.....	54
Seção III	- Base de Cálculo e Alíquota.....	55
Seção IV	- Lançamento.....	56
Seção V	- Arrecadação .....	57 e 58

Capítulo II

DA TAXA DE LICENÇA

Seção I	- Hipótese de Incidência.....	59
Seção II	- Sujeito Passivo.....	60
Seção III	- Base de Cálculo e Alíquota.....	61
Seção IV	- Lançamento.....	62
Seção V	- Arrecadação.....	63 a 66
Seção VI	- Isenções.....	67
Seção VII	- Infrações e Penalidades.....	68

TÍTULO III

DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

Capítulo Único

Seção I	- Hipótese de Incidência....	69
Seção II	- Sujeito Passivo.....	70
Seção III	- Base de Cálculo e Alíquota.....	71
Seção IV	- Lançamento.....	72 a 75
Seção V	- Infrações e Penalidades.....	76

Livro Segundo

Parte Geral

TÍTULO



ESTADO DE GOIÁS  
PODER LEGISLATIVO

Câmara Municipal de Araguaina

CGC(MF) 02773216/0001-15 - MAT. INPS 08.021.10024-03

Fl. 84

Livro Segundo

PARTE GERAL

TÍTULO I  
DAS NORMAS GERAIS

Capítulo I

Do Sujeito Passivo.....	77 a 83
-------------------------	---------

Capítulo II

DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

Seção I - Lançamento.....	84 a 89
Seção II- Suspensão do Crédito Tributário.....	90 a 94
Seção III-Extinção do Crédito Tributário.....	95 a 113
Seção IV-Exclusão do Crédito Tributário.....	114 a 117
Seção V-Infrações e Penalidades.....	118 a 122

TÍTULO II

DO PROCEDIMENTO FISCAL TRIBUTÁRIO

Capítulo I

DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIO

Seção I - Consulta.....	123 a 129
Seção II- Fiscalização.....	130 a 137
Seção III-Certidões.....	138 a 143
Seção IV-Dívida Ativa Tributária.....	144 a 150

Capítulo II

DO PROCESSO FISCAL TRIBUTÁRIO

Seção I - Impugnação.....	151 a 154
Seção II- Auto de Infração.....	155 a 160
Seção III-Termo de Apreensão.....	161 a 164
Seção IV-Intimação.....	165
Seção V-Defesa.....	166 a 171



ESTADO DE GOIÁS  
PODER LEGISLATIVO

Câmara Municipal de Araguaina

CGC(MF) 02773216/0001-15 - MAT. INPS 08.021.10024-03

fl. 85

ARTIGOS

Seção VI - Diligências.....	172 a 174
Seção VII - Primeira instância Administrativa .....	175 a 178
Seção VIII- Segunda Instância Administrativa.....	179 a 182
Disposições Finais.....	183 a 194